

DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E





Especialização local, acompanhamento internacional 25 anos de consultoria contabilística e fiscal personalizada

Acompanhamos empresários, investidores e particulares na sua instalação e desenvolvimento em Portugal, com segurança fiscal, clareza financeira e soluções à medida. Combinamos um profundo conhecimento local com uma visão internacional, transformando a complexidade administrativa e fiscal portuguesa numa oportunidade estratégica.

Tem um projeto em Portugal? Fale connosco



p/ 06 e 07.

Obrigado e Boa Viagem. Por Jorge Vilela Diretor Executivo da AILD
Agosto em Portugal. Por Gilda Pereira, Presidente da AILD

p/ 12.

Grande Entrevista
José Ribeiro e Castro
Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal

p/ 30.

CCP Entre Duas Pátrias. Quando o coração tem duas casas.
Por Inês Peixoto

N E S T A E D I Ç ã O

p/ 38.

Artes & Artistas Lusos
Simone Veloso

p/ 54.

A tosse. Um sintoma muitas vezes desvalorizado.
Por Eduarda Oliveira

p/ 74.

Férias Fiscais
Por Philippe Fernandes

Obra de capa

Artista Plástico: Manuel Casimiro

Dimensões: 140 x 96

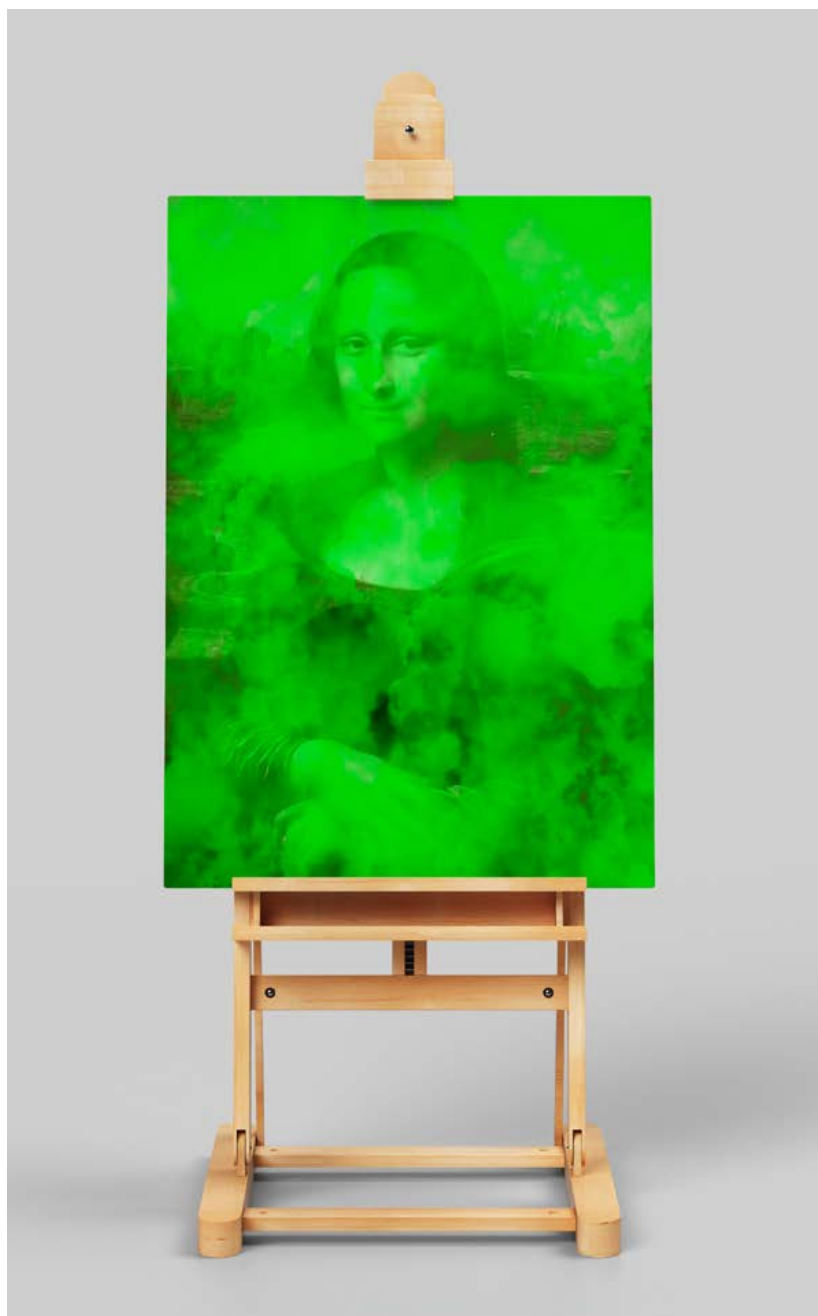
Técnica: Pintura Digital

Intervenção Casimiriana na Mona Lisa

Oitava experiência monalisante

Se a anterior Mona Lisa estava tingida a vermelho-rubro, indicando a possibilidade sanguínea da sua existência, a presente imagem, devolve-nos a representação envolvida por uma densa nebulosa verde virulenta, quase como se um gás nocivo se tivesse apoderado da obra de Leonardo da Vinci. Ação de emboscada, de assalto violento ao santuário monalisiano ou questionamento sobre as cores e as suas condições de representação? Este exercício casimiriano não anda muito longe da essência conceptual de uma série de obras de 1984, em que o ovóide se associou a cinco bandeiras de Portugal em pano. Na altura, o artista pretendia elaborar uma reflexão sobre os elementos e as cores que compunham a bandeira, bem como as relações sugeridas pela história. Se o vermelho representa uma das cores nacionais, o verde finaliza o conjunto dual cromático. (...)

Rodrigo Magalhães
Historiador de arte



obrasdecapa.pt

F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Manuel Monteiro, Carolina Cunha, Diana Correia, Eduarda Oliveira, Joaquim Magalhães de Castro, Isalita Pereira, Lúcia Marques, Madalena Pires de Lima, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Paulo Dinis, Philippe Fernandes, Rodrigo Magalhães, Sarah Luz, Sara Nogueira, Vera Diniz, Vítor Afonso | **Revisão** Daniela Sousa | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Unipessoal Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável

pelo conteúdo dos anúncios nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º n.º2, i) e j), artigo 75º n.º2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 68, agosto 2026 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Agosto chega sempre com esta luz oblíqua que abranda o ritmo e nos devolve ao essencial. E é precisamente nessa claridade que a obra de capa de Manuel Casimiro se impõe: uma Mona Lisa envolta numa névoa verde, inquietante, quase tóxica, como se o quadro respirasse uma atmosfera própria. A intervenção casimiriana, analisada por Rodrigo Magalhães, prolonga a experiência monalisante e devolve-nos a pergunta que atravessa décadas: o que acontece quando a cor deixa de ser apenas cor e passa a ser narrativa, emboscada, memória? Dessa névoa simbólica avançamos para um gesto que, ao contrário da Mona Lisa, não esconde o sorriso: o Obrigado e Boa Viagem 2026, que este ano chega ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro e transforma a despedida dos emigrantes num momento de afeto nacional. A Tômbola e a Roda da Sorte acrescentam alegria, mas é o abraço — esse símbolo maior — que continua a definir o projeto. Um país que agradece a quem parte é um país que sabe que a distância também constrói identidade. Este mês traz de volta o som das malas a bater no chão das casas antigas, o cheiro das cozinhas que voltam a acender-se, o riso das crianças que correm pelas ruas onde os avós esperam o ano inteiro. As aldeias enchem-se de cor, de vida, de sotaques misturados, de reencontros que fazem renascer memórias. É Agosto! A M Maison Particulière, mostra como a hospitalidade pode ser elevada à categoria de arte. José Ribeiro e Castro, presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, conduz-nos por uma reflexão sobre memória, identidade, patriotismo e História. Num tempo em que tantas referências parecem efémeras, recordar que “sem independência, Portugal simplesmente não existiria” é também um convite a compreender melhor o passado para construir o futuro. Imperdível! Refletimos sobre o coração dividido de quem aprendeu a chamar “casa” a dois países, e revisitamos João de Loureiro e o universo da Flora Cochinchinense, onde ciência, missão, língua e circulação de conhecimento desenharam uma presença portuguesa que

ultrapassa fronteiras e séculos. Simone Veloso é uma talentosa artista que transforma herança em criação contemporânea, e, num salto inesperado, chegamos ao Lobo, que já não é vilão — porque a natureza também merece ser reescrita. Levamos música para os mais novos e celebramos a gratidão e a excelência das frutas, esse património sensorial que atravessa gerações. A saúde com presença habitual, foca um tema por diversas vezes ignorado: a tosse, sintoma comum mas frequentemente desvalorizado, que merece atenção e conhecimento. E porque a diáspora é parte da nossa identidade, viajamos até à Venezuela, onde a comunidade portuguesa continua a escrever histórias de resiliência. Histórias que se cruzam com os Retratos da Nova Emigração, desta vez com Miguel Picaluga, que saiu da Costa da Caparica para Bruxelas e encontrou no mundo o seu lugar. A lente de João Mariano captura o instante em que a superfície se torna espelho, em que a corrente se torna narrativa, em que a luz encontra no reflexo, uma segunda vida. Cada imagem é um fragmento de silêncio líquido, uma memória em suspensão, uma paisagem que não se limita a ser vista — é sentida. Desfrutem. Descubra quem foi a Donzela que não casou com Paris, porque escolheu ficar onde a luz é outra, onde o fado respira, onde cada rua guarda uma história que não se repete. Há ainda uma pergunta que nos acompanha há séculos: “Qual é a Língua Mais Antiga do Mundo?” Na terceira parte deste artigo, continuamos a exploração de um mistério que é, também, um espelho de nós próprios, e terminamos como começamos, com agosto, mês de descanso... até para alguns impostos, porque até a fiscalidade tem o seu verão. Assim se constrói esta edição: entre arte e ciência, entre história e viagem, entre tradição e futuro. Uma revista que, como a Mona Lisa verde de Manuel Casimiro, nos convida a olhar duas vezes — e a descobrir o que está para lá da primeira impressão.

Boas férias!



Fátima Magalhães
Diretora

| A I L D

Obrigado e Boa Viagem

Um evento de emoções

Todos os anos, milhares de emigrantes portugueses e lusodescendentes regressam ao país para reencontrar a família, matar saudades e reviver as suas raízes. À chegada, são recebidos com alegria, festas e celebrações. Mas havia um momento que permanecia esquecido: a despedida. Foi precisamente dessa ausência que nasceu uma das iniciativas mais genuínas e emocionantes dos últimos anos. O projeto “Obrigado e Boa Viagem” surgiu em 2022 para fazer algo tão simples quanto poderoso: agradecer a quem, apesar da distância, nunca deixou de contribuir para Portugal. A ideia nasceu depois de uma publicação nas redes sociais de Carlos Pereira, diretor do LusoJornal, que chamava a atenção para um contraste marcante: quando os emigrantes chegam a Portugal, são recebidos com festas e foguetes; quando regressam aos países onde vivem, nem uma garrafa de água lhes era oferecida para a longa viagem de volta. A Associação Internacional dos Lusodescendentes (AILD) transformou essa reflexão em ação. Mais do que distribuir ofertas, o projeto quis criar um momento de humanidade. O abraço representado no logótipo simboliza a dor da separação, mas também o conforto, o reconhecimento e a gratidão. Os pequenos mimos oferecidos são o último gesto de carinho de um país que lhes deseja uma boa viagem e lhes recorda que Portugal continua a ser a sua casa. Com apenas oito voluntários e cerca de 150 sacos distribuídos na primeira edição, ninguém imaginava que este gesto se transformaria num movimento de enorme impacto humano e mediático. Ao longo dos anos, o projeto cresceu, reuniu novos parceiros e conquistou destaque nos principais órgãos de comunicação social nacionais. Mais do que uma

ação simbólica, tornou-se um momento esperado por centenas de famílias. O verdadeiro sucesso do “Obrigado e Boa Viagem” mede-se pelas emoções que desperta. Cada abraço, cada saco com produtos portugueses entregue e cada palavra de agradecimento representam um reconhecimento que durante décadas nunca existiu. Para muitos emigrantes, aquele é o último abraço recebido em Portugal antes de enfrentarem centenas ou milhares de quilómetros até casa. Um gesto simples, mas profundamente humano, que transforma uma despedida difícil numa memória de afeto. Em 2026, o projeto entra numa nova fase. Pela primeira vez, a campanha chega ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, através de uma parceria com o Turismo do Porto e Norte de Portugal, levando a mensagem de gratidão a milhares de emigrantes, lusodescendentes e viajantes, acompanhando a evolução dos seus hábitos de viagem.

A edição de 2026 introduz ainda uma Tômbola e uma Roda da Sorte, tornando a despedida mais participativa e memorável, sem perder a essência que sempre distinguiu esta iniciativa. Hoje, o “Obrigado e Boa Viagem” é muito mais do que um evento anual: é um movimento nacional de reconhecimento pelos emigrantes e lusodescendentes.

Num tempo em que tantas histórias são escritas entre partidas e regressos, esta iniciativa lembra-nos que a distância nunca apaga o sentimento de pertença. O abraço que dá rosto ao projeto simboliza muito mais do que uma despedida: é o conforto de quem parte, o carinho de quem fica e a certeza de que Portugal continua à espera do próximo regresso.

Um abraço, Obrigado e boa viagem.



Jorge Vilela
Diretor Executivo

| A I L D

Agosto em Portugal



Agosto em Portugal é um mês de emoções intensas, especialmente nas pequenas aldeias que se transformam em palcos de reencontros memoráveis. Os emigrantes, que passaram meses ou até anos longe de suas raízes, retornam ao lar, trazendo na bagagem não apenas recordações, mas também a saudade pulsante de um lugar que sempre será seu. Ao pisar no solo da terra natal, a sensação é de estar finalmente completo, como se cada passo dado ao longo da sua vida tivesse sido em direção a este momento. As aldeias, tranquilas nos outros meses do ano, ganham vida e cor. As ruas enchem-se de risos e abraços calorosos, enquanto as famílias se reúnem para celebrar o reencontro. As festas locais, repletas de tradições, são o coração pulsante desses dias. Musicas tradicionais e barraquinhas de comida oferecem delícias que fazem as lembranças aflorarem: o cheiro do chouriço assado, as entremeadas grelhadas, as bifanas no pão... e o vinho da terra são apenas algumas das iguarias que fazem parte dessa

feita de sabores. Os convívios estendem-se pelas mesas fartas e cheias de pratos típicos, onde as histórias são contadas e recontadas, risos ecoam e os laços familiares fortalecem-se. É um tempo de partilha, de recordar os que ficaram e de celebrar as conquistas de cada um. Os mais velhos, com seus olhos brilhantes, contam as histórias da aldeia, enquanto as crianças, com sorrisos largos, brincam nas ruas, criando novas memórias na terra que faz parte do seu ADN. A emoção do reencontro vai além das palavras.

É sentida em cada olhar e em cada sorriso. É o calor de um abraço que diz tudo o que não pode ser expresso.

É a certeza de que, independentemente da distância, o amor pela terra e pela família é inquebrantável. Assim, agosto é mês onde o passado e o presente se entrelaçam, e cada festa é um testemunho do poder dos laços familiares que, apesar das adversidades, nunca se rompem. Enquanto houver emigrantes, Agosto será sempre assim!



Gilda Pereira
Presidente



Uma marca não surge apenas de uma ideia: nasce de uma visão, de um gesto fundador, de uma necessidade real de criar algo que ainda não existia. No caso da M Maison Particulière, qual foi o momento zero — o instante em que propósito, estética e ambição se encontraram para dar origem ao projeto?

O início da M Maison Particulière foi um projeto profundamente pessoal, nascido da paixão que partilho com a minha mãe pela história, pelas viagens e pela arte de bem receber. Tudo começou quando encontrei um edifício do século XVI, no Largo de São Domingos, em pleno centro histórico do Porto. Apesar do seu enorme valor patrimonial, o imóvel encontrava-se bastante degradado. Em vez de o transformar num hotel convencional, imaginamos uma casa onde os hóspedes se sentissem convidados de uma residência privada, um espaço onde a exclusividade, a autenticidade e a hospitalidade fossem vividas de forma genuína. A concretização desta visão

só foi possível graças ao envolvimento da minha mãe, Maria Irene Schultze. Embora tivesse desenvolvido a sua carreira na área da gestão de empresas, sempre revelou um enorme talento para a decoração e um olhar muito apurado para antiguidades, obras de arte e peças que foi reunindo ao longo das suas viagens. Tornou-se a principal investidora do projeto e assumiu a direção criativa dos interiores, dando à casa uma identidade muito própria. O processo de recuperação foi longo e exigente, prolongando-se por cinco anos. Durante a reabilitação, fizemos questão de preservar e valorizar tudo o que contava a história do edifício, desde os tetos trabalhados aos estuques, pinturas murais, painéis de azulejos dos séculos XVII e XVIII e outros elementos originais que foram sendo descobertos ao longo das obras. Nunca quisemos esconder o passado; pelo contrário, fizemos dele a verdadeira identidade da casa. Quando abrimos portas, a 1 de março de 2016, apresentámos um conceito pouco



Maria Irene Schultze e Marco Leite de Faria

comum em Portugal: uma casa com apenas dez suites, que gostamos de descrever como um “hotel à porta fechada”. A inspiração surgiu nos “hôtel particulier” franceses, antigas residências senhoriais privadas onde a exclusividade, a privacidade e o serviço personalizado são mais importantes do que a dimensão.

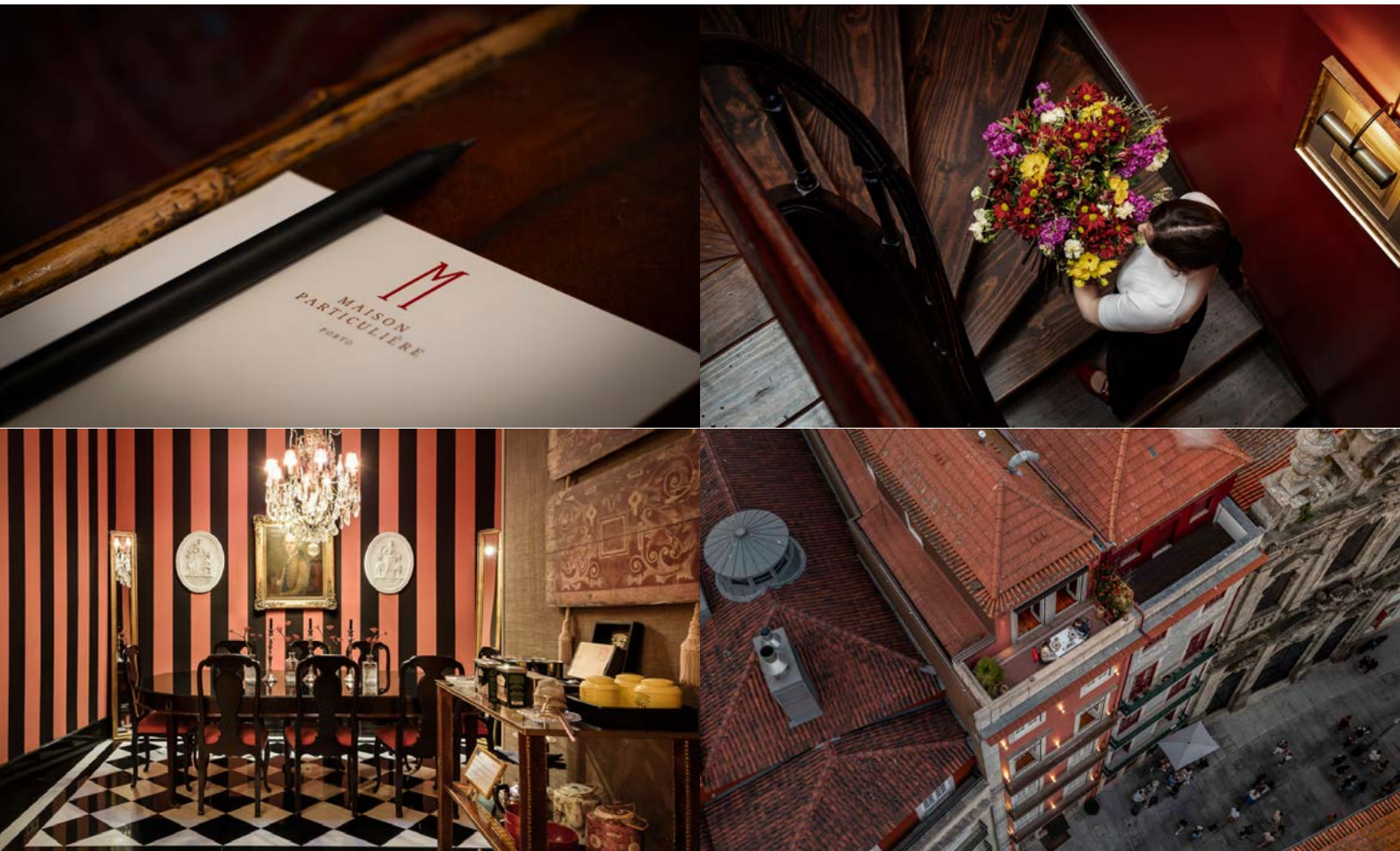
Como descrevem o conceito “mais do que um boutique hotel, uma casa de família” e de que forma isso se traduz na experiência diária do hóspede?

Nunca quisemos que a M Maison Particulière fosse apenas um hotel. Desde o início, o sonho que partilhei com a minha mãe foi criar um lugar onde a arte de bem receber fosse genuína, onde cada espaço tivesse uma história para contar e onde cada hóspede fosse recebido como um verdadeiro convidado da nossa casa. Mais do que um boutique hotel, quise-

mos criar uma casa de família, um espaço com alma, onde a hospitalidade, a autenticidade e a atenção ao detalhe fazem com que cada estadia seja vivida de forma única e pessoal.

A curadoria artística é central no vosso posicionamento. Como escolhem as peças e que papel desejam que a arte desempenhe na estadia?

A arte faz parte da identidade da M Maison Particulière desde o primeiro dia. Nunca a encaramos como um simples elemento decorativo, mas como uma extensão da nossa história, da nossa personalidade e da forma como recebemos quem nos visita. Grande parte das peças pertence à coleção pessoal da minha família, construída ao longo de muitos anos através de viagens, visitas a antiquários, galerias e encontros que criaram uma ligação emocional com cada objeto. Cada obra foi escolhida pelo seu caráter, pela sua autenticidade e



pela forma como dialoga naturalmente com a arquitetura da casa. Nunca quisemos transformar a M Maison Particulière numa galeria de arte. O nosso objetivo sempre foi criar um ambiente onde a arte fosse descoberta de forma espontânea, como acontece numa verdadeira residência privada. Gostamos que os hóspedes encontrem uma pintura, uma escultura ou uma peça de design de forma inesperada, convivendo com elas ao longo da estadia, observando os detalhes e estabelecendo uma relação muito pessoal com cada espaço. Acredito que a arte tem a capacidade de tornar cada estadia mais rica e memorável. Acrescenta profundidade à experiência, desperta curiosidade, convida à contemplação e reforça a autenticidade da casa. No fundo, permite-nos concretizar aquilo que sempre foi o propósito da M Maison Particulière: oferecer muito mais do que um lugar para dormir, proporcionando uma experiência cultural, sensorial e profundamente pessoal, onde cada detalhe contribui para que os hóspedes se sintam verdadeiramente em casa.

A gestão mãe-e-filho é um traço distintivo. Que vantagens e desafios este modelo familiar traz à operação e ao serviço personalizado?

Gerir a M Maison Particulière em conjunto com a minha mãe significa tomar todas as decisões com uma visão de longo

prazo e um envolvimento profundamente pessoal. Não vejo este projeto apenas como um hotel; vejo-o como uma casa que representa a nossa história, os nossos valores e a forma como entendemos a hospitalidade. Essa proximidade permite-nos acompanhar o dia a dia da operação, conhecer muitos dos nossos hóspedes pelo nome e adaptar a experiência às suas preferências de forma genuína e natural. Cada um de nós contribui com competências muito próprias. A minha mãe tem uma sensibilidade extraordinária para a decoração, a arte e todos os detalhes que dão identidade à casa. Eu concentro-me sobretudo na experiência do hóspede, na operação e na forma como podemos oferecer um serviço discreto, personalizado e consistente. Acredito que esta complementaridade é uma das maiores forças da M Maison Particulière e um dos fatores que a tornam verdadeiramente única. Naturalmente, trabalhar em família também implica desafios. Como acontece em qualquer empresa familiar, é essencial saber equilibrar a relação pessoal com as responsabilidades profissionais. Ao longo dos anos, aprendemos a respeitar as áreas de decisão de cada um e a transformar diferentes perspetivas numa mais-valia para o projeto. Penso que os hóspedes sentem essa autenticidade desde o momento em que entram na casa. Percebem que os proprietários estão verdadeiramente envolvidos, que as decisões são tomadas com dedicação e que cada detalhe reflete um compromisso genuíno



com a excelência. Talvez seja precisamente essa proximidade que faz com que muitos dos nossos hóspedes regressem não apenas a um hotel, mas a uma casa onde sabem que serão sempre recebidos de forma pessoal e calorosa.

A M Maison Particulière é associada da AILD. De que forma esta parceria tem contribuído para a vossa expansão e para captar novos clientes?

A parceria com a AILD tem sido uma mais-valia para a M Maison Particulière, sobretudo pela proximidade que nos proporciona a uma comunidade de lusodescendentes que valoriza Portugal como destino de investimento, segunda residência ou regresso às suas origens. Para mim, esta associação representa uma oportunidade importante para reforçar a nossa rede de contactos, aumentar a visibilidade da marca junto de um público internacional e criar novas oportunidades de negócio através das iniciativas, eventos e momentos de networking promovidos pela AILD.

Que próximos passos podemos esperar — novas experiências, colaborações, ou eventuais expansões do conceito “Maison” para outros destinos?

Neste momento, não temos planos para expandir o conceito Maison para outros destinos. A nossa prioridade é continuar a cuidar da M Maison Particulière e preservar aquilo que con-

sideramos ser a sua maior força: a dimensão intimista, a gestão familiar e a atenção personalizada que dedicamos a cada hóspede. Acredito que o verdadeiro luxo não está na dimensão de um projeto, mas no tempo que dedicamos a cada detalhe, na autenticidade das experiências que proporcionamos e na proximidade que conseguimos manter com quem nos visita. Por isso, o nosso foco não passa por aumentar o número de unidades, mas por aperfeiçoar continuamente a experiência que oferecemos, mantendo os valores que estiveram na origem deste projeto. Queremos que cada estadia continue a refletir o cuidado, a dedicação e a hospitalidade que sempre definiram a M Maison Particulière.

Ao mesmo tempo, procuro continuamente estabelecer novas colaborações com artistas, artesãos, produtores locais e parceiros que partilhem a nossa filosofia de hospitalidade. Acredito que estas parcerias enriquecem a M Experience, permitindo-nos oferecer propostas cada vez mais exclusivas e autênticas e proporcionar aos nossos hóspedes uma ligação mais profunda à cultura, à criatividade e à identidade do Porto. Mais do que expandir uma marca, o nosso objetivo é continuar a elevar a experiência de quem nos visita, fazendo da M Maison Particulière uma casa onde cada estadia é verdadeiramente única, pessoal e memorável.

Mais do que expandir uma marca, queremos continuar a elevar a experiência de quem nos visita, fazendo da M Maison Particulière uma casa onde cada estadia é única, pessoal e memorável.



Vera Diniz

Diretora Geral AILD - Negócios & Empresas

GRANDE ENTREVISTA

JOSÉ RIBEIRO E CASTRO

PRESIDENTE DA SOCIEDADE
HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA
DE PORTUGAL

“Sem independência, Portugal simplesmente não existiria.” A frase resume bem a convicção com que José Ribeiro e Castro continua a olhar para a História do país que serviu durante mais de quatro décadas na política e que hoje procura preservar à frente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Nesta conversa, o antigo membro do Governo e eurodeputado fala do seu percurso, das figuras que mais o marcaram, da importância da língua portuguesa, dos desafios da memória histórica e da necessidade de reencontrar um patriotismo sereno e agregador, numa altura em que Portugal assinala os 900 anos dos marcos fundadores da nacionalidade. Um testemunho onde o passado surge, não como nostalgia, mas como inspiração para o futuro.



© Tiago Araújo

Ao longo de mais de quatro décadas de vida pública, passou pela advocacia, pelo Governo, pelo Parlamento português, pelo Parlamento Europeu e pela liderança partidária. Quando olha para esse percurso, quais considera terem sido os momentos mais determinantes na formação do homem e do cidadão que hoje preside à Sociedade Histórica da Independência de Portugal?

A escola teve uma importância enorme no meu percurso, porque acabou por influenciar de forma determinante a minha vida. Naquela altura, só se podia entrar para a escola com seis anos completos e, quando comecei, já sabia ler e escrever. Entrei para a escola já com quase sete anos, mas consegui concluir dois anos num só: fiz a primeira e a segunda classes no mesmo ano letivo. Isso fez com que passasse de ser o mais velho entre os mais novos para ser o mais novo entre os mais velhos. Pode parecer um pormenor, mas influenciou muito a forma como me relacionava com os outros e a maneira como fui crescendo. Mais tarde, no liceu, tive excelentes professores, alguns dos quais ainda hoje recordo com enorme admiração. Depois, veio a Faculdade de Direito da Universidade de

Lisboa, mas, pelo meio, aconteceu o 25 de Abril, que teve um efeito verdadeiramente cataclísmico na minha vida.

O meu pai era governador-geral de Angola e tinha sido presidente da Câmara Municipal de Lisboa. As mudanças políticas afetaram profundamente a nossa família. A minha mãe faleceu pouco tempo depois, em junho de 1974, e acredito que todo aquele contexto também contribuiu para isso. O meu pai teve de partir para o exílio e, de um momento para o outro, a nossa vida mudou completamente.

Costumo dizer que pertenço à geração que fez quatro anos de Direito e um ano de Revolução. O último ano da faculdade foi um autêntico caos na Faculdade de Direito. Para quem queria seguir uma carreira universitária, aquele não era, definitivamente, um ambiente favorável.

Outro momento decisivo da minha vida foi a entrada para o CDS. Já conhecia Diogo Freitas do Amaral, que tinha sido meu professor de Direito Administrativo na Faculdade de Direito. Era um grande professor, um grande mestre e uma referência incontornável da escola de Direito Público de Lisboa. Depois, conheci Adelino Amaro da Costa, uma personalidade extraordinária, de quem me tornei muito próximo. Era, pro-





vavelmente, o meu melhor amigo e a sua morte na tragédia de Camarate, em 1980, foi uma perda profundamente marcante.

Para além deles, houve duas figuras fundamentais na minha formação: o meu pai e o meu tio. O meu pai foi um homem extraordinário, um exemplo de seriedade, dedicação e capacidade de realização. Colocou sempre essas qualidades ao serviço do país, quer enquanto presidente da Câmara de Lisboa, quer mais tarde no exercício das suas funções em Angola.

A experiência do CDS fundador foi extraordinariamente rica e intensa. Acabei por dedicar-me inteiramente ao partido, tornando-me um militante a 100 por cento e dirigente muito jovem. Fui eleito deputado à Assembleia da República com apenas 22 anos e tive a oportunidade de participar na construção política do partido e na afirmação da sua identidade doutrinária.

Mais tarde, já fora da atividade partidária direta, envolvi-me na candidatura presidencial de Diogo Freitas do Amaral, da qual fui diretor-executivo entre 1985 e 1986. Entretanto, desempenhara funções governativas, como secretário de Estado de Freitas do Amaral, em governos presididos por Sá Carneiro e Pinto Balsemão.

Ainda hoje recordo com especial entusiasmo essas campanhas. A campanha do “P’rá Frente, Portugal” e o conhecido slogan “Soares é fixe” marcaram uma época e representam uma forma diferente de fazer política. Eram campanhas construídas com entusiasmo, criatividade e um forte sentido de propósito. Havia enorme capacidade mobilizadora e um ambiente muito positivo, algo que considero ter sido bastante marcante.

Do ponto de vista profissional, concluí a licenciatura em Direito em 1975 e realizei o estágio de advocacia aos pedacos, terminando-o só em 1998, porque o percurso foi sucessivamente interrompido pelas responsabilidades políticas e tive de recomeçar várias vezes. Foi um caminho acidentado, mas nunca perdi o gosto pelo Direito e mantive sempre essa ligação.

No entanto, uma das experiências profissionais de que guardo melhores recordações foi a participação no projeto fundador da TVI, onde tive diversas funções, entre as quais diretor de Informação. Tínhamos muito poucos recursos, mas uma equipa extremamente jovem, motivada e cheia de iniciativa. Havia muito entusiasmo, muita vontade de inovar e uma enorme disponibilidade para experimentar novas ideias. Sempre procurei dar espaço à criatividade da equipa e isso permitiu-nos desenvolver formatos e projetos verdadeiramente inovadores para a época.

Foi uma experiência profissional muito intensa, marcada

pelo espírito de missão, pela criatividade e pela alegria de construir algo praticamente do zero. Ainda hoje recordo esse período com enorme satisfação.

Ao assumir a presidência da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, sentiu que estava a iniciar uma nova etapa da sua vida pública ou, pelo contrário, a dar continuidade a uma missão que sempre o acompanhou?

A minha ligação à Sociedade Histórica da Independência de Portugal foi-se construindo de forma gradual. Curiosamente, trata-se de uma instituição com mais de 165 anos de existência e, no entanto, continua a ser muito pouco conhecida da maioria dos portugueses. Muitas pessoas nem sequer sabem que ela existe e eu próprio também só a fui descobrindo aos poucos.

Quando era rapaz, com 9 e 10 anos de idade, participei, na Mocidade Portuguesa, nos desfiles realizados na Avenida da Liberdade. No final, passava frequentemente em frente a este edifício para apanhar o autocarro para casa. Via o edifício, mas não fazia ideia de que era aqui que funcionava a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, fundada precisamente neste local e onde ainda hoje mantém a sua sede. Foi apenas muitos anos mais tarde que conheci a Sociedade, sobretudo através da leitura e do estudo da sua história. Mas posso dizer que foi a chamada “crise do feriado”, em 2012, que me aproximou definitivamente da instituição.

Na altura era deputado e fiquei profundamente surpreendido e chocado com a decisão de eliminar o feriado do 1.º de Dezembro. Nunca concordei com essa medida, porque entendi que não estava apenas em causa um dia de descanso laboral, mas um símbolo da nossa identidade nacional e da Restauração da Independência.

Foi nesse contexto que me aproximei da Sociedade Histórica e, juntamente com outras pessoas igualmente preocupadas com esta decisão, promovemos a constituição do Movimento 1.º de Dezembro.

Desde o início tivemos consciência de que era fundamental preservar a independência da Sociedade Histórica relativamente ao combate político-partidário. A Sociedade tinha uma missão institucional e histórica que não podia ser confundida com a disputa política do momento. Por isso, estabelecemos um protocolo que permitiu desenvolver diversas iniciativas em conjunto, mantendo sempre essa separação. Ao mesmo tempo, acreditávamos que a eliminação do feriado dificilmente seria definitiva. Era uma decisão mal fundamentada e sem verdadeira justificação histórica ou cultural. Estávamos convencidos de que, mais



© Tiago Araújo

cedo ou mais tarde, o feriado acabaria por ser reposto, se lutássemos por ele e representássemos o inconformismo.

Foi também durante esse processo que descobri um aspeto muito interessante da nossa História: pode dizer-se que o feriado do 1.º de Dezembro é, de certa forma, um “filho” da Sociedade Histórica.

Depois da implantação da República, em outubro de 1910, foram criados cinco novos feriados nacionais: o 1.º de Janeiro, o 31 de Janeiro, o 5 de Outubro, o 1.º de Dezembro e o 25 de Dezembro. Poucas semanas depois, um novo decreto associou ao 1.º de Dezembro à Festa da Bandeira. Ora, celebrando-se em dezembro, logo a seguir a outubro, este facto do calendário fez com que o primeiro 1.º de Dezembro, em 1910, fosse precisamente o primeiro desses novos feriados a ser celebrado. Foi-o como “dia da autonomia da pátria portuguesa e da bandeira”.

Tudo isto resultou, em grande medida, do trabalho desenvolvido pela Sociedade Histórica. A instituição foi fundada em 1861 com o nome de Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, adotando a designação atual apenas em 1927. Os fundadores tinham um objetivo muito claro: dignificar e perpetuar a memória da Restauração da Independência através da ce-

lebração do 1.º de Dezembro. Convém recordar que, durante a Monarquia Constitucional, não existiam feriados nacionais como os conhecemos hoje. Foi esta Comissão que começou a organizar, de forma sistemática, as comemorações anuais do 1.º de Dezembro, precisamente a partir do, então, Palácio dos Condes de Almada, hoje Palácio da Independência, que continua a ser um lugar profundamente simbólico da memória nacional.

Foi essa história que fui descobrindo ao aproximar-me da Sociedade Histórica e que reforçou ainda mais a convicção de que a preservação da memória da Independência é uma causa que continua plenamente atual.

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal nasceu da vontade de preservar a memória da Restauração de 1640 e dos valores associados à independência nacional. Num contexto profundamente diferente daquele em que a instituição foi criada, como interpreta hoje a relevância dessa missão?

O 1.º de Dezembro é absolutamente fundamental, porque representa o valor coletivo mais importante de qualquer nação: a sua independência. Sem independência, Portugal simples-



© Tiago Araújo

mente não existiria como país. É um dia que simboliza a capacidade dos portugueses para defenderem a sua soberania e decidirem o seu próprio destino. Por isso, não faz sentido desvalorizar uma data com um significado tão profundo para a nossa História. Ao longo do nosso percurso histórico houve momentos em que os portugueses tiveram de lutar para preservar essa independência. Houve mesmo duas ocasiões em que foi necessário romper com a dinastia reinante para colocar no trono quem estivesse verdadeiramente comprometido com a defesa de Portugal. Foram decisões difíceis, mas tomadas em nome do interesse nacional e da continuidade do país. No século XVII, por exemplo, uma parte significativa da nobreza portuguesa permaneceu em Madrid depois da Restauração. Alguns escolheram outro lado da História e chegaram mesmo a ser considerados traidores. Seguiu-se uma guerra extremamente dura, que começou em 1640 e só terminou em 1668. Foram vinte e oito anos de conflito, um período que demonstra bem a enorme resiliência, determinação e capacidade de resistência do povo português.

Mais tarde, também durante as Invasões Napoleónicas, os portugueses voltaram a demonstrar essa capacidade de resistência. Foram três invasões sucessivas e, em todas elas, o

país soube defender-se com o apoio dos ingleses. Aliás, esse será um dos temas que o Museu da Independência irá também assinalar, porque faz parte desse longo percurso de afirmação nacional.

Esse sentimento continua presente nos portugueses. O patriotismo não desapareceu. O desafio está em saber recuperá-lo e valorizá-lo de forma positiva, como um fator de união e de serviço ao bem comum, e não como um instrumento de divisão. Vimos isso recentemente em vários momentos, como nas grandes competições desportivas, em que milhares de portugueses, dentro e fora do país, manifestam um enorme orgulho em representar Portugal. O desporto acaba, muitas vezes, por ser uma das expressões mais visíveis desse sentimento de pertença.

A política tem perdido capacidade para compreender e mobilizar esse patriotismo. Durante muito tempo, os líderes políticos souberam falar também à alma das pessoas. Hoje, fala-se demasiado de interesses e demasiado pouco de valores, de causas e de propósitos.

As pessoas percebem facilmente quando quem está a falar acredita verdadeiramente naquilo que diz. Pelo contrário, quando o discurso parece artificial ou meramente calculado,



© Tiago Araújo

acabam por se afastar. Vivemos numa época muito marcada pela política-espetáculo e por uma certa artificialidade na comunicação pública. Há demasiado “postigo”, demasiada encenação.

Os cidadãos podem não dominar todos os temas técnicos ou económicos, mas têm enorme sensibilidade para distinguir aquilo que é autêntico daquilo que não é. Percebem quando alguém fala com convicção e quando está apenas a repetir uma mensagem preparada. Como é natural, as pessoas só acreditam em quem mostra que acredita naquilo que diz. A autenticidade e genuinidade são fundamentais para o fator confiança. Creio que Portugal enfrenta hoje desafios muito exigentes e, para os superar, precisará de recuperar esse espírito de patriotismo cívico, assente no sentido de serviço, na

responsabilidade coletiva e na vontade de contribuir para o bem comum. É essa confiança no país e nas pessoas que, em última análise, sempre permitiu aos portugueses ultrapassar os momentos mais difíceis da sua História.

Tem defendido diversas vezes que um povo sem memória corre o risco de perder referências essenciais. Considera que Portugal vive atualmente uma crise de memória histórica ou acredita que existe uma renovada curiosidade pelo passado nacional?

Acredito que Portugal precisa de recuperar uma curiosidade renovada pela sua História. É precisamente para isso que temos vindo a trabalhar na Sociedade Histórica da Indepen-



© Tiago Araújo

dência de Portugal. Uma das iniciativas de que mais me orgulho foi a conceção e o lançamento das comemorações dos 900 anos de Portugal, uma ideia que a Sociedade tem vindo a promover de forma muito empenhada. Defendemos e temos vindo a construir o que chamo de “ciclo largo” para essas comemorações.

O objetivo passa por assinalar, de forma faseada e com o tempo que a História merece, os quatro grandes momentos fundadores da nacionalidade: a Batalha de São Mamede, em 1128; a Batalha de Ourique, em 1139; a Conferência de Zamora, em 1143; e a bula Manifestis Probatum, do Papa Alexandre III, em 1179. Estes quatro acontecimentos representam as etapas essenciais do processo de afirmação de Portugal como reino independente e soberano. A nossa intenção é que estas comemorações não sejam apenas um conjunto de cerimónias ou efemérides, mas antes uma oportunidade para os portugueses se reencontrarem com a sua História, compreenderem melhor as suas origens e, sobretudo, redescobrirem a inspiração que dela pode resultar.

Não se trata de cultivar uma nostalgia pelo passado, mas de conhecer a nossa História. São coisas diferentes. A História não serve para viver voltado para trás; serve para compreender quem somos e encontrar referências que nos ajudem a construir o futuro.

Nesse sentido, a epopeia dos Descobrimentos continua a ser um dos capítulos mais extraordinários da nossa História. Portugal teve um papel absolutamente decisivo na revelação do mundo. Não apenas porque descobriu novos territórios,

mas porque aproximou civilizações que até então desconheciam a existência umas das outras. Hoje parece-nos evidente que o mundo sempre esteve interligado, mas, naquela época, isso não acontecia. Portugal teve a primeira História Global da História da Humanidade. A América era um continente desconhecido do resto do mundo e, dentro do próprio continente americano, muitos povos desconheciam a existência uns dos outros. Os portugueses abriram rotas marítimas, do ocidente ao oriente, estabeleceram ligações entre continentes e criaram novas formas de comunicação, de comércio e de contacto entre diferentes culturas.

Pode dizer-se, por isso, que Portugal esteve na origem da primeira grande globalização da História. Foi um momento único, que alterou profundamente a forma como o mundo passou a relacionar-se.

Mas essa dimensão global não pertence apenas ao passado. Continua muito presente na realidade portuguesa de hoje. Basta olhar para a diáspora. Milhões de portugueses e lusodescendentes vivem espalhados pelos cinco continentes e mantêm viva essa extraordinária capacidade de Portugal para criar pontes entre diferentes povos e culturas.

Essa vocação universal faz parte da nossa identidade e constitui um dos maiores legados da nossa História. É também uma das razões pelas quais considero tão importante que os portugueses conheçam melhor o percurso do seu país e sintam orgulho, não por um passado idealizado, mas por uma História que continua a ter muito para ensinar sobre quem somos e sobre o lugar que podemos ocupar no mundo.

Que avaliação faz do conhecimento que os portugueses têm da sua própria História? Há episódios, figuras ou períodos históricos que considera particularmente subvalorizados ou insuficientemente compreendidos?

Sim, sem dúvida. Existem muitos episódios e muitas figuras da nossa História que continuam pouco conhecidos e que mereciam uma divulgação muito maior.

Um exemplo muito interessante é a relação estabelecida entre a corte de D. Manuel I e o rei D. Afonso I do Reino do Congo. Era uma relação de grande proximidade política, diplomática e cultural, que revela bem a natureza dos contactos que Portugal foi estabelecendo com diferentes povos.

O filho de D. Afonso I, D. Henrique, veio estudar para Portugal, foi ordenado sacerdote e tornou-se o primeiro bispo natural do Congo. Foi nomeado pelo Papa e é reconhecido como o primeiro bispo negro da África Subsaariana na era moderna. É um episódio extraordinário da nossa História e, no entanto, continua a ser praticamente desconhecido da maioria dos portugueses.

Há outro exemplo que considero igualmente revelador. No final do século XVII, um régulo da Guiné, o rei Bacampolo Có, enviou o seu filho, o príncipe Batonto, para ser batizado em Lisboa. Adotou o nome cristão de D. Manuel de Portugal pelo batismo realizado em outubro de 1694 na Capela Real, sendo padrinho o rei D. Pedro II de Portugal. Também este é um episódio que ilustra a profundidade das relações que Portugal estabeleceu com diferentes povos e culturas ao longo dos séculos. Creio que valeria a pena conhecermos muito melhor estas histórias, porque ajudam a compreender a dimensão humana, cultural e diplomática da presença portuguesa no mundo. São episódios que enriquecem a visão da nossa História e que mostram uma realidade muito mais complexa e interessante do que, por vezes, é transmitido.

Da mesma forma, deveríamos dar maior destaque a personalidades que pertencem simultaneamente à História de Portugal e à História de outros países da lusofonia. Existem figuras que ajudaram a construir comunidades, instituições e relações duradouras entre diferentes povos e que merecem ser mais conhecidas.

Penso em pessoas como Dona Ana Joaquina, uma notável empresária cuja história continua pouco divulgada, apesar da importância que teve no contexto da época, em Luanda. Tal como ela, houve muitos portugueses e luso-descendentes que, sem exercerem cargos de poder político, contribuíram decisivamente para o desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades onde viveram.

Essas pessoas ajudaram a construir o espaço lusófono através do seu talento, da sua iniciativa e da sua capacidade de

criar pontes entre diferentes culturas. Também essa é uma parte muito importante da nossa História e uma dimensão que vale a pena preservar e dar a conhecer às novas gerações.

A Sociedade Histórica tem vindo a promover conferências, publicações, prémios, visitas culturais e iniciativas educativas destinadas a públicos muito diversos. Qual é hoje a principal missão prática da instituição e que impacto procura gerar na sociedade portuguesa?

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal não é uma academia, nem um centro de investigação. Essa não é a nossa missão, nem dispomos dos recursos necessários para desenvolver esse tipo de trabalho. O nosso papel é outro: somos, acima de tudo, uma instituição dedicada à divulgação da História e da memória nacional.

Procuramos promover o conhecimento histórico através da organização de debates, conferências, colóquios e outras iniciativas que estimulem a reflexão e o diálogo em torno da História de Portugal.

Um bom exemplo foi o ciclo “Camões no Tempo da Sociedade Histórica”, que realizámos recentemente. Foram cinco conversas cruzadas, moderadas pela jornalista Helena Matos, que fez um trabalho extraordinário de preparação e condução dos debates.

Tudo isto é feito com recursos muito limitados. Somos apenas seis pessoas e toda a Direção exerce funções em regime pro bono. Isso significa que temos de fazer muito com muito pouco. Gostaríamos de desenvolver muitos outros projetos. Um deles seria criar, na própria Sociedade Histórica, um curso permanente de Língua Portuguesa e História de Portugal destinado a imigrantes e aos seus filhos. Acredito que seria um serviço muito útil para a sociedade portuguesa, contribuindo para uma melhor integração através do conhecimento da nossa língua e da nossa História. Não é um projeto particularmente difícil de concretizar, mas exige algum financiamento. Precisaríamos do apoio do Ministério da Educação, da Câmara Municipal de Lisboa ou de outras entidades públicas. Até agora, infelizmente, esse apoio ainda não surgiu. No plano editorial, procuramos também manter uma atividade regular de publicação. Para além do nosso site e das redes sociais, editamos um boletim trimestral dirigido aos sócios e relançámos recentemente a revista *Independência*. Esta publicação atravessou várias dificuldades desde o 25 de Abril, sobretudo porque uma revista em papel implica custos muito elevados. Por isso, optámos por um novo modelo digital, em que os conteúdos vão sendo publicados ao longo do semestre. A solução revelou-se bastante positiva, porque reduziu significativamente os custos e permitiu dar maior



© Tiago Araújo

visibilidade a novos autores. Outro aspeto em que temos investido muito é na renovação das comemorações do 1.º de Dezembro, que considero serem, de certa forma, o nosso grande cartão de visita.

Procurámos modernizar profundamente a forma de celebrar esta data. Por um lado, melhorámos o protocolo oficial da cerimónia; por outro, criámos novas iniciativas capazes de aproximar as comemorações do público, sobretudo dos mais jovens. Um dos exemplos mais emblemáticos é o Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas. Todos os anos, na tarde de 1 de dezembro, cerca de 35 bandas percorrem a Avenida da Liberdade e terminam com um grande concerto coletivo, que reúne entre 1.500 e 1.900 músicos a interpretar três hinos muito simbólicos: o Hino da Maria da Fonte, o Hino da Restauração e o Hino Nacional.

Criámos também o Concerto do 1.º de Dezembro, realizado atualmente no Teatro Municipal São Luiz, habitualmente a 29 de novembro, que marca o início do programa comemorativo. Promovemos igualmente o Libertunas, um encontro de tunas académicas provenientes de várias cidades universitárias, procurando envolver os estudantes nestas cele-

brações e aproximar da História nacional as novas gerações. Entretanto, estabelecemos um protocolo com a Fundação Batalha de Aljubarrota, que tem desenvolvido um trabalho notável na valorização dos campos de batalha portugueses e da nossa História militar.

A Sociedade atribui ainda vários prémios anuais. O principal é o Prémio Aboim Sande Lemos – Identidade Portuguesa, que distingue personalidades pelo seu contributo excecional para áreas como a cultura, a ciência ou as artes. Este ano foi atribuído ao engenheiro Armando Martins, fundador do Museu de Arte Contemporânea Armando Martins.

Além deste, distinguimos anualmente projetos através do Prémio Mares da Lusofonia e do Prémio Imprensa Regional, procurando reconhecer iniciativas que contribuem para a valorização da língua portuguesa, da cultura e da coesão do território.

Em 2012 publicou o livro “1 de Dezembro, Dia de Portugal”, num contexto em que estava em debate a eliminação do feriado da Restauração da Independência. Mais do que uma reflexão histórica, a obra assumiu-se como uma interven-



© Tiago Araújo

ção cívica em defesa de um símbolo nacional. O que o levou a sentir que era importante transformar essa causa num livro e que mensagem procurava deixar aos portugueses sobre a importância de preservar momentos que definem a nossa memória coletiva?

Esse livro é uma compilação de textos, sum testemunho da luta desenvolvida para defender o feriado do 1.º de Dezembro e preservar o seu significado histórico. Esse período levou-nos a refletir novamente sobre a importância de manter viva esta data e continuar a celebrá-la.

A sociedade portuguesa parecia ter deixado de valorizar esta comemoração e foi necessário voltar a chamar a atenção para ela. É por isso que critico quando um Primeiro-Ministro não participa nas cerimónias oficiais do 1.º de Dezembro. Na minha opinião, isso revela uma cultura que tende a desvalorizar a História nacional.

Em qualquer país, o Primeiro-Ministro deve estar presente nas comemorações do Dia da Independência. Nem é tanto uma crítica, mas um convite mais intenso. Nós queremos o Primeiro-Ministro presente. Trata-se de um feriado nacional e de um dos maiores símbolos da identidade coletiva de um povo. É impossível ignorar esse significado.

O Presidente da República sempre atribuiu grande importância a esta data. Ficámos muito agradecidos ao Professor Marcelo Rebelo de Sousa, porque esteve sempre presente nas comemorações. Além disso, também deu grande atenção às comunidades portuguesas no estrangeiro e à diáspora. Nas primeiras comemorações em que participou, em 2016, proferiu um discurso marcante e, desde então, nunca deixou de marcar presença.

Recentemente, alterámos um pormenor das cerimónias que valoriza imenso a presença do Presidente da República. Hoje, as coroas de flores de várias entidades já estão depositadas na



© Tiago Araújo

base do Monumento aos Restauradores, desde manhã cedo. No momento próprio, o Presidente da República passou a ser o único que se desloca ao obelisco para, simbolicamente, compor a sua coroa. E, enquanto soam os três toques militares de homenagem aos Heróis da Restauração e aos mortos em combate, o Presidente, perfilado, sozinho no meio da Praça de frente para o Monumento, representa-nos a todos, com toda a solenidade. É um momento particularmente bonito e significativo das cerimónias. É um momento de enorme simbolismo, que justifica plenamente a presença do Chefe de Estado.

Esperemos que o Presidente da República volte a marcar presença e a cumprir este protocolo, que é particularmente tocante. Infelizmente, o mesmo não tem acontecido com o Primeiro-Ministro, o que transmite uma mensagem errada. As pessoas perguntam-se como é possível que, na data mais importante da independência nacional, o chefe do Governo esteja ausente. É necessário devolver ao dia 1 de Dezembro o

lugar de destaque que merece na memória coletiva dos portugueses. No livro há um texto de que gosto particularmente. Nele coloco uma pergunta: o que teria acontecido se o 1 de Dezembro de 1640 não tivesse existido?

Muito provavelmente o Brasil não existiria e não seria o que hoje conhecemos. Poderia ter sido dividido entre holandeses e franceses e a História teria seguido um rumo completamente diferente. Talvez Portugal desaparecesse ou fosse retalhado, não voltando como Estado independente. Não existiriam muitas das referências culturais que hoje fazem parte da nossa identidade, como Amália Rodrigues, Eusébio ou Cristiano Ronaldo. O próprio fado.... Devemos muito à Restauração da Independência e à recuperação da soberania portuguesa em 1640.

O livro reúne muitos textos escritos em épocas diferentes, reflexões pessoais e alguns discursos. Gostaria um dia de o rever e transformá-lo numa obra mais completa e mais coerente.

Enquanto dirigente de uma instituição dedicada à preservação da memória coletiva, preocupa-o a crescente tendência para interpretar o passado exclusivamente à luz dos valores do presente?

Preocupa-me muito. Não faz sentido julgar todas as épocas da História apenas com os critérios morais atuais. Antes de mais, é preciso compreender o contexto em que os acontecimentos ocorreram.

Hoje, o direito de conquista já não existe, nem é aceite internacionalmente. Mas, durante séculos, foi precisamente assim que o mundo funcionou.

Portugal conquistou territórios, mas também descobriu novos espaços. Os Açores e a Madeira são um excelente exemplo. Eram ilhas desabitadas quando foram descobertas e integradas no território português. São as últimas parcelas do nosso território nacional. É algo de que os portugueses se devem orgulhar.

As conquistas, as guerras e até as cruzadas só podem ser entendidas à luz da realidade do seu tempo. Também os muçulmanos invadiram a Península Ibérica no século VIII e permaneceram durante vários séculos, até o seu domínio ser expulso. Tudo isso faz parte da História.

O mesmo acontece com a escravatura. A escravatura foi uma realidade profundamente injusta, cruel e violenta. Mas é errado tentar cancelar esse passado, eliminando livros, retirando estátuas ou destruindo pinturas. A História deve ser estudada e compreendida, não apagada.

Todos os povos praticaram a escravidão. Mesmo as próprias comunidades que se revoltaram contra ela, em alguns momentos históricos, também possuíram escravos. A escravatura existia muito antes da expansão europeia. Havia escravos entre os Maias, os Astecas e muitas outras civilizações. Os árabes e vários reinos africanos já participavam no comércio de escravos antes da chegada dos portugueses à costa africa-

na. Muitos soberanos africanos também enriqueceram através desse comércio. O tráfico transatlântico de escravos foi uma das maiores tragédias da História da Humanidade. Milhões de pessoas foram transportadas em condições absolutamente desumanas ao longo de alguns séculos. É impossível olhar para essa realidade sem reconhecer a enorme violência e sofrimento que provocou.

Atualmente, segundo dados das Nações Unidas, estima-se que existam entre 40 e 50 milhões de pessoas a viver em situação de escravatura moderna. É uma realidade que continua a existir e, no entanto, parece não mobilizar a mesma atenção. Fala-se muito do passado, mas pouco do que acontece no presente. Não faz sentido!

Lembro-me de que, quando era criança, havia uma série televisiva muito marcante sobre a escravatura, “Kunta Kinte”, baseada na história de um escravo afro-americano que contava a vida da sua família ao longo de várias gerações. Essa obra mostrava o sofrimento humano de uma forma muito poderosa. É importante conhecer essa dor. Mas o essencial não é recordar o sofrimento; é compreender o que se passou e saudar que a escravatura tenha sido abolida. Há mais de século e meio. A abolição nunca acontecerá. É extraordinário tê-lo feito e conseguido. A História deve ser sempre entendida dentro do contexto em que aconteceu.

Ao longo da sua vida pública, teve oportunidade de conhecer líderes políticos, académicos, diplomatas e personalidades da cultura. Que figuras mais o marcaram e que ensinamentos transporta dessas experiências para o trabalho que desenvolve atualmente?

Sem dúvida que as pessoas que mais me marcaram foram o meu pai e o meu tio Gilberto.

O meu tio, militar, o “Comando n.º 1”, foi o herói da minha infância. Tinha um enorme amor por Portugal e um profundo





© Tiago Araújo

sentido de serviço público. Foi uma figura que sempre admirei e que deixou uma marca muito forte na minha formação. O meu pai foi outro grande exemplo. Era um homem de enorme energia, iniciativa e capacidade de realização. Destacava-se pela sua integridade, pelo sentido de justiça, pela criatividade e pelo espírito empreendedor. Dedicou toda essa capacidade ao serviço do país, tanto enquanto presidente da Câmara Municipal de Lisboa como no exercício de outras funções públicas. E, quando entendeu que o seu ciclo na vida política tinha terminado, retirou-se com grande naturalidade e dignidade. Foi um exemplo de serviço e de verticalidade.. Mais tarde, tive a felicidade de conhecer pessoas que influenciaram profundamente o meu percurso político e intelectual. Uma delas foi, naturalmente, Diogo Freitas do Amaral, que primeiro conheci como professor e que viria depois a tornar-se um dos grandes mestres da minha vida política. Outra figura absolutamente determinante foi Adelino Amaro da Costa. Era, provavelmente, o meu melhor amigo. A sua morte foi uma tragédia pessoal e política. Através dele apro-

ximei-me também de Roberto Carneiro, seu cunhado, com quem construí uma amizade que nunca cessou de crescer. Quando Roberto Carneiro assumiu o cargo de Ministro da Educação, tive oportunidade de colaborar de perto com ele, sobretudo na preparação de discursos, em diversos projetos políticos e, em particular, na reforma dos Ministérios da Educação e do Desporto. Foi uma colaboração muito enriquecedora, construída sobre uma amizade de muitos anos. Hoje continuo muito ligado à família e sou, inclusivamente, padrinho de uma das suas filhas. Na minha opinião, Roberto Carneiro foi um dos melhores ministros da Educação que Portugal teve – e do Desporto. Desenvolveu uma visão profundamente inovadora para a educação e deixou também uma marca muito importante na área do desporto, promovendo uma reforma legislativa estruturante, na qual tive igualmente o privilégio de participar. Para além da atividade governativa, destacou-se como professor universitário e dirigiu o CEPCEP, da Universidade Católica Portuguesa, um centro dedicado ao estudo dos povos,



© Tiago Araújo

das culturas e das grandes questões internacionais. Quanto a Adelino Amaro da Costa, tinha uma capacidade extraordinária para aproximar pessoas e construir pontes.

Diogo Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa eram personalidades muito diferentes. Freitas do Amaral era mais reservado, mais analítico, mais racional e dedutivo. Já Adelino era intuitivo, espontâneo e profundamente humano. Enquanto um refletia longamente antes de decidir, o outro tinha uma enorme capacidade para perceber rapidamente as pessoas e as circunstâncias.

O Adelino desempenhou um papel absolutamente decisivo dentro do CDS. Como brincadeira, digo que era um verdadeiro “explicador recíproco”. Costumava explicar a Freitas do Amaral que o partido não era tão mau como por vezes pensava e, ao mesmo tempo, explicava ao partido que Freitas do Amaral também não era tão mau quanto alguns pensavam. Tinha uma enorme capacidade de mediação. Era um parlamentar brilhante, respeitado por todo o espectro político.

A sua morte representou uma perda irreparável para o CDS. Costumo dizer que, num partido político, é muitas vezes mais difícil substituir um número dois do que um número um. A ausência de Adelino Amaro da Costa criou um vazio que, na

minha opinião, o partido nunca conseguiu verdadeiramente ultrapassar. No plano internacional, também tive o privilégio de viver uma época marcada por grandes líderes mundiais.

João Paulo II foi, sem dúvida, o Papa da minha geração e da minha vida. Para além da sua dimensão espiritual, teve uma enorme influência política e moral num período decisivo da História contemporânea. Recordo também Ronald Reagan, cuja reeleição acompanhei na Convenção Republicana de Dallas. Foi um líder de enorme importância para o mundo ocidental, tal como Margaret Thatcher, cuja ação política marcou profundamente o Reino Unido e a Europa.

Estas figuras, juntamente com outras grandes personalidades do mundo anglo-saxónico, exerceram uma influência muito significativa na evolução política do final do século XX. Tive a oportunidade de acompanhar esse período de muito perto e guardo dessas experiências uma memória muito rica, tanto do ponto de vista político como humano.

Se tivesse de se apresentar às novas gerações não através dos cargos que ocupou, mas através dos valores que procurou defender ao longo da vida, quem é verdadeiramente José Ribeiro e Castro?



© Tiago Araújo

Acho que sou, acima de tudo, uma pessoa comum. Tive uma educação que costumo dizer ter sido de “salão e de rua”. Cresci numa família de classe média, com uma educação muito típica da classe média portuguesa, assente em valores, disciplina e sentido de responsabilidade. Mas, ao mesmo tempo, tive também uma verdadeira educação de rua, no contacto com outras pessoas e com a realidade do dia a dia. Creio que essa combinação foi muito importante para a minha formação. Fui igualmente aluno da escola pública e devo-lhe parte muito significativa daquilo que sou hoje. Foi aí que recebi a base da minha formação académica e social. Continuo a defender a liberdade de ensino e de educação, mas nunca deixo de reconhecer tudo aquilo que a escola pública me proporcionou e o papel determinante que teve no meu percurso. A certa altura da minha vida, comecei a interrogar-me sobre a melhor forma de definir aquilo que sou. Assim como Mário

Soares, que de si dizia ser “republicano, laico e socialista”. Acabei por encontrar uma fórmula que costumo utilizar como brincadeira, precisamente por ser provocatória: CCCP. Quem conhece a História associa imediatamente essa sigla, escrita em caracteres cirílicos, à antiga URSS, a União Soviética. Mas, no meu caso, significa algo completamente diferente. Para mim, CCCP quer dizer Católico, Centrista, Conservador e Português. E, quando digo português, digo-o com convicção. Muito português. É uma forma simples, bem-humorada e até fácil de memorizar, ao resumir aquilo que considero serem as minhas principais referências pessoais e cívicas. Por isso, se as novas gerações quiserem saber, em poucas palavras, quem é José Ribeiro e Castro, essa é a resposta mais simples: sou CCCP – Católico, Centrista, Conservador, Português.

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Entre Duas Pátrias

Quando o coração tem duas casas



Viver no estrangeiro é uma experiência que transforma profundamente quem a vive. Mais cedo ou mais tarde, todos os emigrantes acabam por fazer a mesma pergunta: onde é, afinal, a nossa casa?

A resposta nunca é simples. Portugal continua a ser o país das nossas raízes, da língua, da família, das memórias e das tradições que moldaram a nossa identidade. Mas, com o passar dos anos, “casa” passa também a ser o país que nos acolheu, onde construímos uma carreira, criámos amizades e, muitas vezes, constituímos família.

Ser emigrante é aprender a viver entre dois países. É sentir saudades sem deixar de agradecer as oportunidades encontradas. É perceber que o coração consegue guardar dois lugares sem que um substitua o outro.

O regresso a Portugal durante o verão simboliza bem esse sentimento. Mais do que férias, representa um reencontro com as origens... os abraços adiados, os sabores da infância, as ruas familiares e os momentos partilhados com quem nunca deixou de nos esperar.

Mas regressar também nos faz perceber que mudámos.

Continuamos profundamente portugueses, mas a vida ensinou-nos a pertencer também ao país onde vivemos. Tornámo-nos cidadãos de dois mundos, enriquecidos pelas experiências de ambos.

Apesar disso, muitos emigrantes continuam a sentir que são lembrados apenas em determinados momentos. Reconhece-se o seu contributo económico, o investimento que realizam em Portugal, a promoção da cultura portuguesa e o orgulho com que representam o país além-fronteiras. No entanto, persistem desafios que merecem maior atenção, desde os serviços consulares até ao reconhecimento do papel das comunidades na definição das políticas que lhes dizem respeito.

O papel do Conselho das Comunidades Portuguesas

É neste contexto que o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) assume particular importância.

Enquanto órgão consultivo do Governo para as políticas relativas às comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, o CCP tem como missão representar os portugueses da diáspora, acompanhar os problemas que enfrentam e apresentar propostas que contribuam para melhorar a sua ligação a Portugal.

Os conselheiros são eleitos pelas próprias comunidades e constituem uma ponte entre os portugueses residentes no estrangeiro e o Governo português. O trabalho do CCP passa por identificar necessidades, emitir pareceres e apresentar recomendações em áreas tão diversas como a melhoria dos serviços consulares, o ensino da língua portuguesa, a participação cívica e eleitoral, a valorização dos luso-descendentes e o reforço dos direitos dos portugueses residentes no estrangeiro.

Enquanto conselheira das Comunidades Portuguesas no Luxemburgo, considero que esta missão só faz sentido se for exercida com proximidade. Ouvir as comunidades, compreender as suas preocupações e transformá-las em propostas concretas é uma forma de contribuir para que nenhum português se sinta esquecido por viver além-fronteiras.

Um dos temas que continua a merecer reflexão é a representação política da diáspora. Atualmente, os portugueses residentes no estrangeiro elegem apenas quatro deputados para a Assembleia da República, dois pelo círculo eleitoral da Europa e dois pelo círculo Fora da Europa. Tendo em conta a dimensão das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, é legítimo defender que esta representação merece ser reavaliada, de forma a refletir melhor o peso e a importância da diáspora.

A participação eleitoral continua, por isso, a ser essencial. É importante que os portugueses residentes no estrangeiro mantenham a morada do Cartão de Cidadão permanentemente atualizada para o país onde vivem, uma vez que essa informação determina o respetivo recenseamento eleitoral. Exercer o direito de voto é uma das formas mais importantes de participar na vida democrática do país e de fazer ouvir a voz das comunidades portuguesas.

Férias em Portugal... pequenos gestos que fazem a diferença

O regresso a Portugal é um dos momentos mais aguardados do ano. Para que as férias decorram com tranquilidade, importa recordar algumas recomendações úteis.

Em caso de doença ou necessidade de aconselhamento clínico, o primeiro contacto deverá ser feito através da Linha SNS 24 (808 24 24 24). O número 112 deve ser utilizado exclusivamente em situações de emergência, como acidentes graves ou risco de vida.

Para quem viaja de automóvel, sobretudo em longas distâncias, a prudência é fundamental. O cansaço continua a ser uma das principais causas de acidentes rodoviários. Planear a viagem, fazer pausas regulares, hidratar-se e nunca conduzir com fadiga são cuidados simples que podem fazer toda a diferença.

Chegar em segurança é sempre o melhor começo para umas férias em família.

A diáspora também é Portugal

As comunidades portuguesas constituem um dos maiores patrimónios de Portugal. Espalhadas pelos cinco continentes, levam consigo muito mais do que a nacionalidade. Levam a língua portuguesa, a cultura, as tradições, os valores, a capacidade de trabalho e a forma de estar que distinguem Portugal no mundo. São verdadeiros embaixadores do nosso país, promovendo diariamente a sua imagem através do seu contributo económico, social, científico, empresarial e cultural.

Mas preservar esta ligação exige mais do que sentimento. Exige um compromisso contínuo entre Portugal e a sua diáspora, assente na proximidade, no reconhecimento e em políticas públicas que respondam às necessidades das comunidades.

Entre todas as prioridades, há uma que merece especial atenção: o ensino da língua e da cultura portuguesas.

A língua é o principal elo de ligação entre as novas gerações e Portugal. É através dela que se transmite a história, a identidade, a cultura, os afetos e o sentimento de pertença.



Quando uma criança aprende português, não está apenas a adquirir uma segunda língua, está a conhecer as suas origens, a comunicar com os avós e familiares, a compreender a cultura dos seus pais e a manter viva uma herança que atravessa gerações.

No entanto, em muitos países, o ensino do português continua a enfrentar dificuldades. Sendo, na maioria dos casos, uma formação extracurricular, as aulas decorrem ao final do dia ou ao fim de semana, depois de longas jornadas escolares. Muitas famílias percorrem dezenas de quilómetros para que os filhos possam frequentar um curso de português, conciliando horários profissionais e familiares cada vez mais exigentes.

É, por isso, fundamental continuar a investir numa rede de ensino mais próxima das comunidades, com horários adequados à realidade das famílias, uma oferta pedagógica de qualidade e condições que permitam a todas as crianças e jovens terem acesso ao ensino da língua portuguesa, independentemente do local onde residem.

Da mesma forma, importa valorizar os professores de português no estrangeiro. São eles que, muitas vezes longe de Portugal, desempenham um papel determinante na transmissão da nossa língua e da nossa cultura. Merecem esta-

bilidade, reconhecimento, boas condições de trabalho, formação contínua e recursos que lhes permitam desenvolver a sua missão com qualidade. Investir nos professores é investir na continuidade da língua portuguesa além-fronteiras. A promoção da cultura portuguesa deve acompanhar este esforço. Apoiar associações, grupos folclóricos, ranchos, coros, escolas de música, bibliotecas, iniciativas literárias, festivais e eventos culturais significa fortalecer o sentimento de pertença das comunidades e dar às novas gerações oportunidades para conhecerem e valorizarem as suas raízes. Portugal tem na sua diáspora uma das maiores forças do país. Milhões de portugueses e lusodescendentes mantêm viva a nossa identidade muito para além das fronteiras nacionais. Cabe também ao Estado português continuar a criar condições para que essa ligação se fortaleça, garantindo que a língua e a cultura portuguesas permaneçam vivas nas gerações futuras.

Porque emigrar nunca significou deixar de ser português. Significou levar Portugal connosco, transmiti-lo aos nossos filhos e netos e acreditar que a nossa identidade se fortalece sempre que a língua, a cultura e os valores portugueses encontram espaço para crescer, independentemente do país onde vivemos. A diáspora não está longe de Portugal.



Inês Peixoto

Presidente do Conselho Regional
das Comunidades Portuguesas na Europa



Obrigado
e Boa Viagem.pt



15 a 31 agosto
Aeroporto
Francisco Sá Carneiro
22 agosto
Fronteira
Vilar Formoso



Considerado um dos mais importantes botânicos europeus do século XVIII, o padre João de Loureiro reúne consenso internacional como “o grande especialista em flora asiática”.



J. G. Del.

Publ. by J. G. Del. W. G. 1816.

W. G. 1816.

PASSAGENS

O universo da Flora Cochinchinense

João de Loureiro, botânico e missionário

Nascido em Lisboa em 1710, João de Loureiro estudou no Colégio de Santo Antão e entrou na Sociedade de Jesus em 1732. Frutuosa estada em Goa e depois Macau, onde viveu quatro anos, dar-lhe-iam a bagagem necessária para voos mais arrojados. Parte em 1742 para a Cochinchina (região que abrange o actual sul do Vietname e uma significativa parte oriental do Camboja) onde residiria nos trinta e seis anos seguintes e onde consegue o feito de aceder à corte do rei, apesar de este ser hostil a europeus, em geral, e a evangelização, em particular. Fê-lo na condição de matemático e naturalista e, para conseguir autorização de residência, “fingiu” ser médico. Esgotadas as drogas e mezinhas que levava de Goa, deixando-o incapaz de continuar a exercer o seu improvisado mister, Loureiro dedica-se ao estudo da botânica, socorrendo-se da informação colhida junto dos locais. Assim vai desvendando os segredos das diferentes plantas, testando-as, sempre que possível, nos seus pacientes. Provavelmente devido a este seu empenho cedo cai nas boas graças das autoridades locais. É nomeado – pelo próprio monarca – presidente dos “estudos físicos e matemáticos da corte”. Por norma, proibidas eram todas as formas de actividade missionária, embora fosse tolerada “a propagação do Evangelho fora dos lugares públicos”, como lembra o investigador Joaquim Fernandes num estudo que a ele dedica.

Graças ao capitão de um navio inglês – um tal Thomas Riddel – Loureiro teve acesso a vários livros de botânica, um deles do reputado naturalista Linnaeus, “fundamental para o reconhecimento e classificação das diferentes plantas”. Da sua colecção particular, João de Loureiro enviaria para a Inglaterra e a Suécia cerca de 60 amostras de espécies inéditas.

Pouco tempo depois outra colecção – 230 plantas no total – seguiria o mesmo caminho.

Em 1779, o jesuíta viajou da Cochinchina até Cantão e aí viveu três anos. O regresso a Lisboa fá-lo-ia acompanhado do seu compêndio “Flora Cochinchinense”, obra que lhe granjearia reputação internacional. Antes disso, porém – como recorda Fernandes – “Loureiro fez uma escala de três meses em Moçambique, onde se dedicou aos estudos comparativos da flora local” com aquela que colecionara durante a longa estada asiática.

Talvez como reacção à nada abonatória nota dos cientistas do Jardim Botânico de Kew, em Londres, autoridade maior nessa matéria, no início do século XX – concluíram os ditos que “provavelmente não há parte da África onde a flora esteja tão pouco investigada como na África Oriental Portuguesa” –, o botânico português Luis Wittnich Carrisso, mentor e executor de três missões científicas às antigas colónias portuguesas, apresenta, em 1924, um relatório detalhado pedindo urgência nos trabalhos de exploração botânica nas então possessões ultramarinas portuguesas, “em particular na província de Moçambique”. E, para adiantar serviço, logo define “os procedimentos metodológicos e científicos” para concretizar tal empreendimento. Entre outras coisas, Carrisso propõe que: “se as circunstâncias o indicarem, essas missões poderão ocupar-se de certas questões de interesse agrícola e industrial, como o estudo fito-geográfico de certas regiões, a fim de determinar a sua utilização agrícola: ensaio de culturas estranhas à flora da região; classificação de essências, com valor industrial de certas áreas florestais; etc”, e ainda, “se as circunstâncias o aconselharem, o Jardim Botânico de





Coimbra se encarregará da organização, um ponto da Província convenientemente escolhido com o carácter de jardim de ensaio”.

Curiosamente, e como chama a atenção o pesquisador Gomes e Sousa, “de toda a África Oriental, foi Moçambique a primeira região a ser estudada na sua flora, não por iniciativa da Metrópole, mas devido ao acaso da viagem do padre João de Loureiro [1717-1791], o qual, vindo da Cochinchina para Portugal, em 1783, desembarcou na ilha de Moçambique e ali permaneceu durante cerca de três meses”.

O compêndio “Flora Cochinchinense”, publicado em 1790 pela Academia de Ciências de Lisboa, incluiu espécimens da China, Índia, Sudeste Asiático e África Oriental. João de Loureiro apresenta e descreve “185 géneros novos e cerca de 1300 espécies, das quais 564 pertencem ao Património Natural da China e 697 no Vietname e no Sudeste Asiático e outras regiões e países como Zanzibar, Filipinas, Samatra, Madagáscar e da África tropical”.

Como seria de prever, este titânico trabalho de Loureiro provocou reacções entre os seus pares europeus e os elogios não tardaram a surgir. O alemão Karl Ludwig Willdenow, pioneiro fito-geógrafo, professor de Humboldt, publicaria “uma segunda edição do trabalho de Loureiro com pequenas mudanças e anotações”, três anos após a edição de Lis-

boa. Importante ainda o parecer do francês Antoine Laurent de Jussieu, ao provar a grande consideração “pelo trabalho do padre João de Loureiro num artigo publicado nos Anais do Museu da História Natural do Paris”, não esquecendo de louvar o zelo demonstrado pelo jesuíta ao longo das suas investigações.

Em 4 de Abril de 1781, a Academia de Ciências de Lisboa elegeu João de Loureiro como sócio e a Sociedade Real de Londres (da qual o jesuíta já era membro) integrou alguns dos seus trabalhos no clássico “Proceedings”. O presidente da Sociedade, Joseph Banks, ele próprio um botânico, com quem se correspondia Loureiro, revela nas suas cartas “a admiração para com esse seu amigo”, a quem pediu para mudasse residência para Londres. Também o sueco Daniel Solander, naturalista da expedição do capitão James Cook, manteve contacto epistolar com o cientista português.

Além dos estudos impressos, restam vários manuscritos inéditos, “avaliados num estudo realizado por Bernardino António Gomes e que se traduzem em 12 grandes volumes e escritos em papel da China, contendo informações históricas; dois volumes com desenhos e outros dois com 397 desenhos coloridos de plantas com seus nomes regionais e científicos; uma flora iconográfica da Cochinchina escrita em língua anamita; e um dicionário anamita-português”.



Considerado um dos mais importantes botânicos europeus do século XVIII, o padre João de Loureiro reúne consenso internacional como “o grande especialista em flora asiática”. A sua actividade científica – como já vimos – alargou-se aos campos da matemática, astronomia e da medicina. É uma das principais figuras da história da ciência portuguesa que requer urgentemente “um estudo bio-bibliográfico minimamente exaustivo para esclarecer o destino de sua propriedade literária e botânica, composta de espécimens, impressões e manuscritos científicos não publicados”.

Embora, do ponto de vista científico e no que diz respeito aos seus critérios e classificações, a “Flora Cochinchinensis” possa ser considerada um “assunto datado”, é ainda aceite como trabalho de referência na história da etno-botânica e da farmacopeia mundial. Está por fazer um estudo mais detalhado e uma reimpressão necessária dessa obra, “um clássico português de literatura gerado pelas capacidades de uma das figuras esquecidas no inventário da História da Ciência”. Parte dos espécimens colectados por João de Loureiro estão

agora no Museu Nacional de História Natural em Paris, para onde foram levados, por Saint-Hilaire, em 1808, na sequência das invasões napoleónicas em Portugal.

Confirmando a importância do trabalho de Loureiro são as referências subsequentes em importantes estudos de Botânica, especialmente por Hance (1868) e Merrill (1935). E, apesar do obstáculo que constitui a sua escrita em latim, a “Flora Cochinchinensis” superou o desafio do esquecimento. Na verdade, pesquisas como as de Hill e Stanberg (2009) ou Vaz (2010) continuam a sustentar-se nos estudos do missionário português. Além disso, o trabalho de João de Loureiro também forneceu uma fonte para a História da Ciência e da Literatura e da Cultura, permanecendo um marco, quanto à relevância do papel dos jesuítas no intercâmbio científico entre a Europa e o Oriente.

Acresce o facto de João de Loureiro ter sido o primeiro português a escrever uma nota sobre paleontologia, o primeiro do género no nosso país, justificando o epíteto específico do dinossauro “*Draconyx loureiroi*”.



Joaquim Magalhães de Castro
Investigador

| A R T E S E A R T I S T A S L U S O S

Simone Veloso

[Website oficial](#)

[Facebook](#)

[Instagram](#)



O Minho e a alta costura francesa cruzam-se de forma única no trabalho de Simone Veloso. Nascida em França, mas com o coração enraizado em Guimarães, a designer transforma tecidos, bordados e cores do folclore português em autênticas joias têxteis contemporâneas. Num momento em que a moda procura novas narrativas e identidades fortes, Simone Veloso afirma-se como uma voz que reivindica o valor cultural do território. A sua obra não é apenas estética: é também memória, reivindicação e futuro. Cada peça nasce de uma pesquisa profunda sobre símbolos, gestos e histórias do Minho, reinterpretados com a precisão técnica e o rigor conceptual da alta costura francesa. Conversamos com a criadora por trás da Simone Veloso Couture para perceber como a tradição do norte de Portugal ganha uma nova vida, sofisticada e internacional, através das suas mãos.

Como surgiu a ideia de transformar o folclore do Minho em bijuteria e joias têxteis?

A ideia de transformar o folclore do Minho em joia de autor nasceu da minha própria história. Cresci imersa no folclore português: vesti estes trajes, dancei, vibrei ao ritmo desta cultura e vivi esta tradição por dentro.

Estas não são matérias simples — são materiais cintilantes, quentes e profundamente coloridos, que carregam em si uma energia, uma emoção e uma memória. Trazem-me de volta as memórias de infância, os momentos de partilha e essa ligação tão forte às minhas raízes.

Através da joia de autor, procuro preservar e transformar esta emoção numa criação contemporânea. Cada peça torna-se, assim, uma forma de dar nova vida ao folclore do Minho, mantendo a sua alma, a sua riqueza e toda a força simbólica que representa para mim.

O que define uma 'joia têxtil' e como diferencia este conceito da bijuteria tradicional?

Uma joia têxtil é uma joia criada essencialmente a partir de materiais têxteis — tecidos, fios, fibras, bordados ou feltro. Ao contrário da joalheria tradicional, valoriza a matéria, a textura e o saber-fazer artesanal. Este conceito distingue-se, antes de mais, pela sua identidade singular:

um universo festivo, colorido e leve. Propõe uma abordagem diferente da ornamentação, explorando as texturas, os volumes e o movimento. A joia têxtil torna-se, assim, um acessório vivo e expressivo, que alia criatividade, originalidade e conforto.

De que forma a sua vivência em França influencia o olhar sobre as tradições artesanais portuguesas?

Nasci em França, filha de pais portugueses, e cresci num ambiente onde a cultura portuguesa ocupava um lugar essencial. O meu pai, envolvido há 45 anos numa associação portuguesa, ajudou a manter vivo este vínculo com as nossas origens, as nossas tradições e os valores desta cultura. Esta transmissão familiar permitiu-me desenvolver, desde muito cedo, um profundo apego à história, aos costumes e à identidade portuguesa.

Paralelamente, o meu percurso em França conduziu-me ao mundo da costura desde os 13 anos, evoluindo mais tarde para uma formação em alta-costura. Esta aprendizagem incutiu-me as exigências do saber-fazer artesanal francês: a precisão do gesto, a técnica, o rigor, a paciência e o respeito pelo trabalho bem feito.

Assim, o meu olhar sobre as tradições artesanais portuguesas constrói-se no encontro destes dois

legados. A minha cultura familiar deu-me uma sensibilidade especial e uma ligação profunda às tradições portuguesas, enquanto a minha formação francesa me trouxe um olhar profissional sobre o valor dos gestos, das técnicas e da transmissão dos saberes-fazer.

Esta dupla influência permite-me hoje ter um olhar simultaneamente pessoal, cultural e profissional sobre o artesanato português, sensível à sua história, à sua identidade e à excelência do trabalho artesanal.

Onde encontra a inspiração e os tecidos e padrões que servem de base para as suas peças?

A minha inspiração vem principalmente do traje tradicional português, mais concretamente do traje tradicional da região de Guimarães, de onde sou originária. Este traje representa para mim uma ligação profunda às minhas raízes, à história da minha terra e às tradições transmitidas

ao longo das gerações. Inspiro-me também na riqueza dos símbolos da cultura portuguesa, como o coração de Viana, a sardinha, a andorinha, o galo de Barcelos ou os azulejos. Cada um destes símbolos carrega uma história, um significado e uma identidade que desejo valorizar através das minhas criações.

Relativamente aos tecidos e aos motivos que servem de base ao meu trabalho, procuro-os diretamente em Portugal, junto de fornecedores de confiança e especializados. Dou particular importância aos materiais provenientes da região de Viana do Castelo, reconhecida pelos seus tecidos ligados ao folclore e ao traje tradicional português. Estes tecidos constituem a base das minhas joias têxteis. Através das minhas criações, procuro estabelecer um diálogo entre o património do vestuário português e uma abordagem contemporânea, transformando estas matérias tradicionais em peças únicas, que preservam a sua essência ao mesmo tempo que lhes dão uma nova expressão.



Como funciona o processo de criação de uma peça, desde o desenho até ao acabamento final feito à mão?

A minha inspiração vem principalmente do traje tradicional português, mais concretamente do traje tradicional da região de Guimarães, de onde sou originária. Este traje representa para mim uma ligação profunda às minhas raízes, à história da minha terra e às tradições transmitidas ao longo das gerações.

Inspiro-me também na riqueza dos símbolos da cultura portuguesa, como o coração de Viana, a sardinha, a andorinha, o galo de Barcelos ou os azulejos. Cada um destes símbolos carrega uma história, um significado e uma identidade que desejo valorizar através das minhas criações. Relativamente aos tecidos e aos motivos que servem de base ao meu trabalho, procuro-os diretamente em Portugal, junto de fornecedores de confiança e especializados. Dou particular importância aos materiais provenientes da região de Viana do Castelo, reconhecida pelos seus tecidos ligados ao folclore e ao traje tradicional português. Estes tecidos constituem a base dos meus joalhos têxteis. Através das minhas criações, procuro estabelecer um diálogo entre o património vestimentar português e uma abordagem contemporânea, transformando estas matérias tradicionais em peças únicas, que preservam a sua história, as suas cores e a sua alma.

Como é que o público em França e noutros países reage a uma estética tão ligada à cultura tradicional de Portugal?

O público francês, e também o dos países vizinhos, reage muito positivamente a uma estética profundamente ligada à cultura tradicional portuguesa. As minhas criações despertam frequentemente curiosidade, interesse e emoção, pois propõem uma verdadeira viagem através dos símbolos, das cores e das tradições de Portugal. Através do meu trabalho enquanto criadora, não apresento apenas peças inspiradas no folclore português: partilho também uma história — a de um povo, das suas tradições e do seu percurso. As minhas criações tornam-se uma forma de dar a conhecer a riqueza da cultura portuguesa, seja através dos trajes tradicionais, da música, da literatura, das artes populares ou da história da imigração portuguesa. Permitem igualmente abrir um diálogo sobre a integração e a presença da comunidade portuguesa nos países onde se estabeleceu. O público descobre, por vezes, uma cultura que conhece pouco, e passa a olhar para Portugal de forma nova, com interesse e apreço. Através das minhas criações, procuro assim transmitir uma imagem viva e autêntica da cultura portuguesa, criando uma ligação entre a herança tradicional e a abertura ao mundo.





Quem é a pessoa que procura e usa as peças da Simone Veloso Couture?

As mulheres que procuram e usam as peças da Simone Veloso Couture são, acima de tudo, mulheres sensíveis à autenticidade, à criatividade e ao saber-fazer artesanal. Gostam de peças marcantes, coloridas e cheias de vida, que chamam a atenção e revelam uma personalidade.

Procuram também criações únicas, feitas à mão, com uma história e um significado especial. Para elas, a compra não representa apenas a aquisição de um acessório ou de uma peça de moda: é também a escolha de uma peça que transmite valores, uma herança cultural e uma emoção.

Existe, no entanto, uma grande diversidade entre as mulheres que usam as minhas criações. Vêm de origens diferentes, mas partilham o desejo de vestir ou usar uma peça singular, autêntica e com significado.

Que novos materiais ou elementos da cultura portuguesa gostaria de explorar nas suas próximas criações?

Um elemento da cultura portuguesa que gostaria particularmente de explorar nas minhas próximas cria-

ções é o croché feito à mão pelas artesãs da região do Minho. O meu objetivo é valorizar este artesanato tradicional e reinventá-lo numa abordagem contemporânea.

É uma técnica que encontramos, nomeadamente, nos saíotes do folclore português, e que possui uma riqueza estética extraordinária. Já comecei a trabalhar em torno deste universo e quero continuar a fazê-lo evoluir nas minhas criações, especialmente através da minha linha de pronto-a-vestir, desenvolvida em paralelo com o meu trabalho em joalharia.

Quais são os grandes objetivos para o futuro da marca?

Os grandes objetivos para o futuro da marca passam, antes de mais, por desenvolver o seu reconhecimento em Portugal, valorizar o meu saber-fazer artesanal e criar uma verdadeira ligação entre tradição e criação contemporânea.

Regresso do salão FIA de Lisboa, um evento dedicado ao artesanato, onde tive a oportunidade de apresentar o meu trabalho e de ser selecionada entre os novos talentos emergentes. Esta experiência confirmou o meu desejo de dar a conhecer o meu universo ao público português e de dar maior visibilidade a este artesanato no próprio país onde ele nasceu.



A longo prazo, gostaria de desenvolver projetos em torno desta joia, transmitir este saber-fazer através da formação de novas pessoas e, quem sabe, criar uma dinâmica em torno deste artesanato, para que possa tornar-se uma identidade cultural contemporânea em Portugal. O meu desejo é que o meu trabalho seja reconhecido no país que o inspira, e que possa contribuir para a valorização e projeção de um património reinventado.

Uma mensagem para todos os autores, criadores e artistas do mundo.

A mensagem que gostaria de transmitir a todos os artesãos, criadores e artistas do mundo é que nunca deixem de acreditar naquilo que fazem.

A expressão artística nasce muitas vezes de uma emoção profunda, algo que vem do interior e que sentimos necessidade de partilhar, de exteriorizar e de transformar em criação. Como dizia Albert Einstein: «A criatividade é a inteligência a divertir-se.» Esta frase traduz bem aquilo em que acredito: criar é deixar a nossa sensibilidade, a nossa imaginação e o nosso saber-fazer encontrarem-se, para dar origem a algo único. Mas dar vida à nossa arte exige também tempo, anos de trabalho, perseverança, coragem e determinação, com momentos de dúvida e outros de conquista.

O mais importante é permanecermos fiéis aos nossos valores, às nossas ideias e à nossa visão, porque é assim que crescemos na nossa arte e construímos algo que verdadeiramente nos representa.

AMBIENTE

O lobo já não é o vilão

Lembro-me de ouvir, em criança, que era melhor não entrar sozinho no monte. Havia sempre alguém que conhecia alguém que tinha visto um lobo. Nunca percebi se esse lobo existia realmente ou se fazia parte daquela pedagogia antiga com que os adultos mantinham as crianças perto de casa. O certo é que resultava. Bastava pronunciar a palavra e a imaginação fazia o resto.

Os anos passaram. Descobri que o lobo era um animal tímido, desconfiado da presença humana e muito mais ameaçado por nós do que nós por ele. Percebi também que as florestas desapareceram

mais depressa do que os lobos. Talvez seja por isso que um pequeno projeto editorial brasileiro, chamado Fábulas Verdes, me tenha chamado a atenção. Não porque reescreva contos tradicionais, pois isso faz-se desde que os contos existem, mas porque muda apenas uma coisa: o lugar onde colocamos o medo.

Na nova versão de Capuchinho Vermelho, a menina encontra um lobo ferido. A floresta onde caminha não é o cenário do perigo. É o lugar onde o perigo já passou. Houve um grande incêndio. A floresta ficou destruída. O animal, que durante séculos ocupou o papel de vilão, surge agora como uma vítima entre tantas outras. Embora aparente ser uma mudança discreta, o simples facto de se deslocar a raiz do medo é suficiente para que

toda a história se transforme. Importa salientar que, durante gerações, ensinámos as crianças a recriar a floresta e todos os seus perigos. Todavia, nunca lhes ensinámos a recriar quem a destrói. Talvez porque os contos nasceram numa época em que os grandes predadores ainda tinham quatro patas. Os de hoje trabalham com máquinas.

Continuado a nossa viagem pelos restantes livros, todos seguem o mesmo caminho. Em Branca de Neve e os Sete Anões, a rivalidade entre a madrasta e a princesa perde importância perante a poluição causada pela exploração mineira. Tal como na versão original, os sete anões continuam a escavar, mas já não conseguimos olhar para eles com a mesma inocência. Pela primeira vez so-





mos impelidos a perguntar o que retiram da montanha e o que deixam para trás. Também A Cigarra e a Formiga troca a velha moral do trabalho incessante por outra pergunta, talvez mais incômoda: trabalhar para quê, se o resultado é destruir aquilo de que todos dependemos?

Há uma ideia transversal que prepassa toda a obra: a moral deu lugar à inteligência. Os autores perceberam que as crianças não aprendem através do medo. Aprendem através da empatia. E perceberam outra coisa ainda mais rara: que a floresta brasileira não é a floresta portuguesa; nem a tundra russa; nem a savana africana. Cada edição adapta

os animais, as árvores e os problemas ao lugar onde será lida. Aquilo que à primeira vista pode parecer um detalhe editorial, é uma forma muito séria de respeito. Porque ninguém vive “no planeta”. Vivemos num vale. Numa aldeia. À beira de um rio. É sempre aí que a crise climática ganha nome.

Enquanto lia estas histórias, dei por mim a pensar que talvez também os nossos contos populares merecessem uma segunda leitura. Quantas lendas portuguesas continuam a ensinar-nos a temer a serra, a noite ou os animais, quando o maior risco, hoje, raramente vem da natureza? Talvez



um dia alguém reescreva essas histórias. Ou talvez nem seja preciso reescrevê-las. Talvez baste relê-las à luz dos tempos em que vivemos.

Os contos de fadas sempre serviram para ensinar alguma coisa. Apenas mudaram as lições. O lobo continua na flo-

resta. Mas já não é ele quem mete mais medo. Há muito que os verdadeiros predadores aprenderam outra linguagem. Não uivam. Falam de desenvolvimento, de crescimento, de progresso. E, talvez por isso, sejam tão difíceis de reconhecer.



Vitor Afonso
Mestre em TIC



| LUSO-CRIANÇA

Música para os nossos ouvidos

Estamos em agosto, de férias, e nada melhor do que ouvirmos boa música. Ouvir música e dançar, cantar ou simplesmente ouvir música e relaxar, meditar...

Dos mais pequenos aos mais velhos a música faz bem a todos nós. Ao ouvirmos música podemos apercebermos da variedade de características dos sons, tais como a sua intensidade (forte/ fraca), a altura (graves/ agudos), o timbre (qualidade e diferença do som), a duração (se são sons longos ou curtos) e, também, nos podemos aperceber da perceção da música. Podemos reconhecer os diversos estilos/géneros musicais. E, claro, dependendo do nosso estado de espírito em que nos encontramos poderemos querer ouvir algo mais calmo ou algo com mais ritmo. Ao conhecemos e reconhecemos e identificamos diferentes

géneros/estilos musicais também é importante para termos consciência de quais gostamos mais. Eles fazem as delícias dos nossos ouvidos, e não só, pois a música mexe com todo o nosso corpo.

Acima de tudo e o mais importante de tudo é gostarmos do que ouvimos e experimentarmos ouvir diferentes estilos para fazer as nossas escolhas com mais consciência, clareza e satisfação. Então, nestas férias, vamos:

Ouvir música.

E cantar, dançar, quem sabe experimentar um novo instrumento...

Mas acima de tudo, aproveitar muito.

Desde os diferentes estilos musicais, aos instrumentos musicais, ao nosso estado de espírito....



Sara Nogueira

Mediadora de Leitura/Autora do projeto Literanto

TRADIÇÕES LUSAS

A gratidão e a insuperável excelência das frutas

Dos mistérios apetecíveis aos segredos da poesia feminina



[...] enquanto as folhas da figueira serviram para ocultar o pecado original, os figos transformaram-se em símbolo da sabedoria (...) a malfadada maçã acertou-se com as fúrias divinas e é hoje a fruta-nossa de cada dia. A castanha manteve e alimentou longos invernos – frescas, secas ou farinadas – e foi nutrição básica de muitas gerações, as uvas, hosana!, converteram-se em vinho – especiaria sacramental, consolo de mágoas, alegria do mundo e da vida – e sangrou de suor rostos e corações, a oliveira, prenúncio do perdão celestial, conforto para o pranto cristão, o credo e o indício da paz, até sombra nos dá... e a sua azeitona volve-se na mais admirável gordura alimentar (...) o melão que o «afável» e azarado Carlos VIII regressado da expedição por terras napolitanas terá levado para França e que por tal descuido gaulês deixou

que apoquentasse durante séculos os agricultores da Villaricia (...) a cereja que suporta o lamento da secura quando no vale se abrasa de satisfação, a laranja favorecida apenas pelo sol e pela água que bebe do Douro percorre as emoções mais primitivas, a amendoeira que «em flores de um dia» veste de branco virginal as encostas primaveris e que ainda há-de afilhar-se em frutos cobertos da mais pura doçura (...) o pêssego, a noz, o morango, a avelã, a ameixa... lógicas da complementaridade aos lares providentes da ancestralidade transmontana, os frutos ditos bravios – sorvas, pilritos, abrunhos, amoras, medronhos, arandos... os periqueiros ... obras de arte da natureza que as incursões bárbaras do progresso ainda não remeteram para as vitrinas de botânicos museus [...] mas... a grandeza e a gratidão das frutas ultrapassa



os atributos mais caprichosos e imaginários que lhe possam fadar ou lhe queiram emprestar.

Um boçal e encrespado exemplo...

Já lá vão alguns anos, numa daquelas «lições» colectivas acerca da fruticultura regional, mais enfadonha que o tédio de uma conversa de sogra implicativa ou de um debate parlamentar de uma qualquer lei para entreter a nação, um afortunado colega, de perspicácia travessa mas acertada nos predicados sensuais dos frutados, abençoou de uma assentada todas as moçoilas presentes na dita aula-conferencista como se de fruta se tratasse ou de fruta lhe apetecesse. Teve as suas razões e outras tantas lh'abonasse. De memória...transformou a mais jovem, tão simpática quanto galante, perfeita para momentos únicos e de encantos breves, em morango — fruto arregalado, vistoso, próprio para manjares cerimoniais, fruto de conservação pouco fácil, muitas vezes agri-doce, não suportando grandes e repetidas mexidas, mais peregrino que nativo e sem imaginário gastronómico. Numa palanqueira elevação, que seja assim: fruto sublime para provar de olhos enternecidos, comer depressa e saborear apressadamente, a fim de evitar desarranjos e males posteriores. Agarrou noutra colega, esta já com alguns anos em cima dos carregos do corpo, mas luzidia e bem formatada e remeteu-a para a família das pomoides que rapidamente corrigiu para a particularidade das maçãs — fruta conservável e de arquivo fácil e, principalmente, socorro para ocasiões de carência, mais propriamente, fruta para todo o

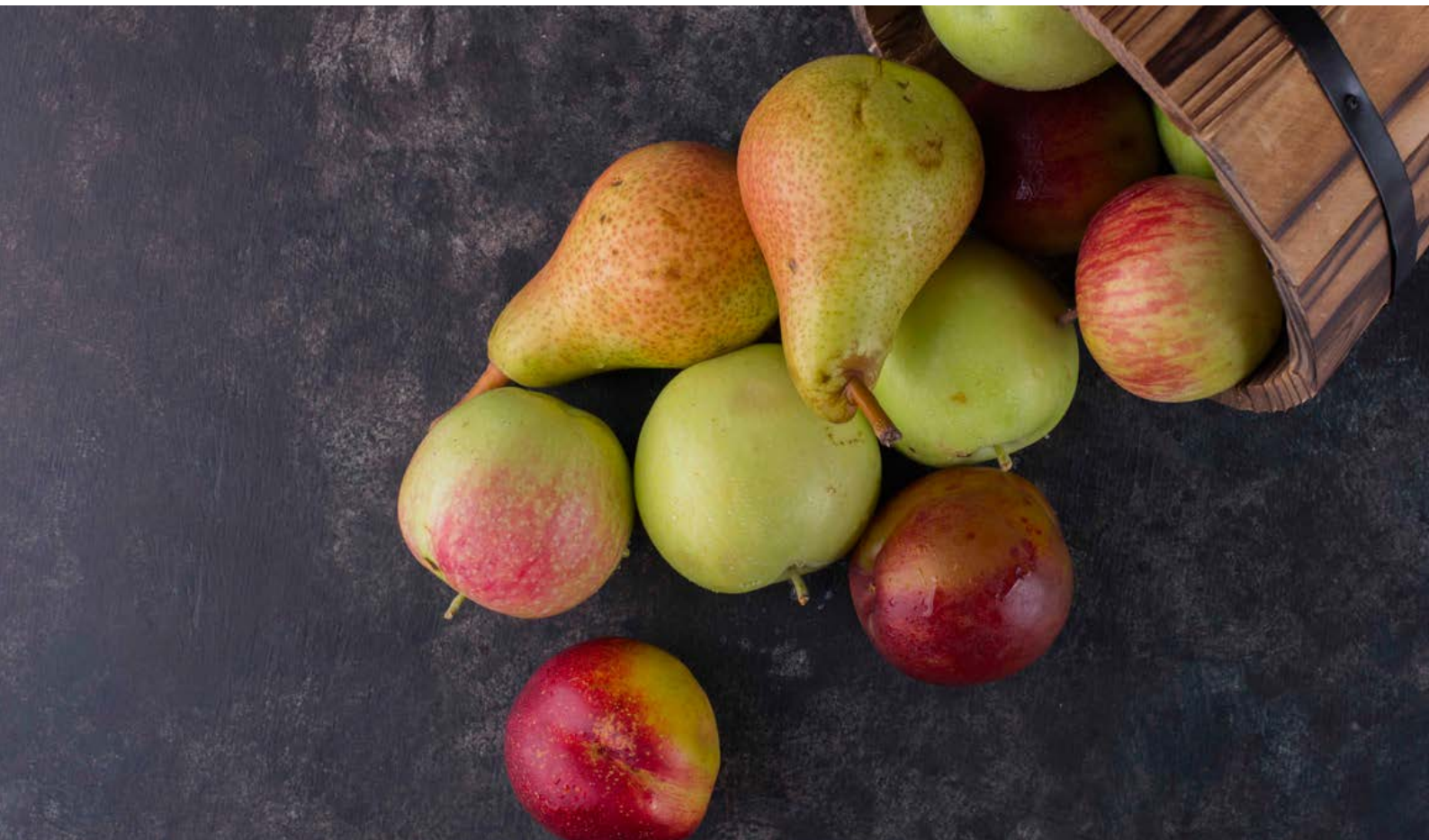
ano, para qualquer altura, alternativa certa aos frutos de estufa e de agora ou, então, para períodos de míngua mesmo que outrora fosse a divisa do pecado original. Admitiu para a mais antipática e aborrecida de feitio a equiparação a uma azeitona verde, quartejada para a quebra de acidez indigesta e que noutros tempos até de conduto servira e que agora não passava de um simples petisco de entrada ou de enfeite e a precisar de um bom acompanhamento. Coisas da vida e dos tempos que só uma boa salmoura conseguirá resolver. Quanto a outra, aparentemente donzela, mas de dúvida quase certa, rematou que só apenas com um ligeiro toque ou uma apalpadela seleccionada seria possível aferir da qualidade e garantia requerida, à semelhança da técnica popular vulgarizada na escolha de um bom melão ou de uma razoável melancia. À mais arisca, esquiva e atractiva, nada mais sensato do que confrontá-la a uma boa laranja do Douro, mas que não dispensa a retirada da roupa cascuda para avaliação e apreciação da melúria do respectivo conteúdo. A saga comportou mais algumas frutas, desde a cereja coradinha que demora a enfartar às castanhas de abasto rápido, aos merôdios que exigem fidelidade até ao figo, elogio de uma boa refeição matinal e outras que me isento de referenciar, quer pela maldade comparativa quer pela marotice exposta. Contudo, registo a inquirição de desgosto pelo esquecimento feito a duas colegas vizinhas, neste rosário fruteiro. À primeira, respondeu dirigindo-se a toda a plateia masculina — papaia — fruta exótica quanto exótica era a nossa amiga; à segunda, retorquiu com ar de mágoa, cuidado que podes estragar



esta salada de frutas! Fico-me por aqui neste introito, antes que as leitoras desta crónica me excomunguem pelo narcisismo despropositado, mas que apenas pretende servir para enquadrar a gratidão e insinuar a insuperável excelência das frutas. Regresso, por isso, aos pomares dos nossos agricultores ou às hortas e quintais dos nossos vizinhos para intentar préstimos que as frutas acomodam ao esoterismo da gastronomia. Assim...

encanta-me o passado do figo e espanta-me o seu presente porque no futuro acredito pela humildade deste ao elogio das civilizações agrícolas. Aliás todos os povos mediterrânicos agradecidos pelo sol degustaram e saciaram-se com o figo, chegando mesmo a suplantam o consumo do pão. Os gregos atreveram-se a proibir a sua exportação com o receio da sua privação e Platão considerava-os refeição de atleta. Os hindus consagraram a figueira a Visnú; nas tradições da Ásia Oriental representam o conhecimento obtido através da meditação e no norte de África era a expressão da fecundidade. O «pão de lótus» da antigo Egipto, enriquecido com gordura e ovos, era tantas vezes adoçado com figos colocados entre duas rodela de massa. Os espartanos mais dados ao consumo dos queijos e da cevada também não dispensavam o acrescento dos figos. Até os escri-

vos rurais que laboravam as vinhas recebiam figos como complemento alimentar, inclusive os médicos dietistas do mundo de outrora recomendavam as iscas de fígado de animais cevados com figos frescos. E... enquanto para os árabes os frutos em geral não lhe mereciam atenções, excepto as uvas e os [nossos] figos muito doces, já para o universo judaico o jantar que interrompia o jejum era com figos, amêndoas e uvas. Daí que os valores da tríade alimentar mediterrânica foram sempre continuados pelo figo e mel como adoçantes e mais tarde, no caso do figo, a resolução das carências alcoólicas; por isso, os gregos só aceitavam como bom solo as terras que dessem trigo, azeite, vinho... figos e mel. De alimento imprescindível para os faraós ou para os soldados-lavradores romanos, de adoçante na alimentação popular até à presença constante e inevitável do mata-bicho matinal do nosso povo, o figo é além do mais a tradição e a imagem excêntrica e extravagante da alimentação rural das terras cálidas transmontanas. Pena é que a restauração ignorante e apedeuta dos nossos dias não lhe encontre atributos pródigos ou ousados e se submeta a uma melancolia gastronómica inquietante e indolente, e já agora adito a afirmação do poeta Paul Valéry: que me privem de tudo, à excepção do café, dos cigarros e dos figos (...)



sobre a «paradisiaca» maçã...

a origem bíblica da decadência humana e posteriormente da destruição de Troia... admito com mais afecto a alternativa ao vinho através da sidra ou a razão da imortalidade de Hércules ou os acompanhamentos arábicos da carne em parceria com os marmelos e outros frutos ácidos adoçados por geleias e xaropes. Azar de Alexandre, o Grande, que não comeu as maçãs suficientes aquando da sua expedição de busca do elixir da juventude e cedo se deixou levar de paludismo ou a fortuna da ninfa Atalanta que perdeu a sua honra e jura de castidade por causa das maçãs de ouro de Hipómenes. Talvez seja esta a razão por que os franceses consomem tanta maçã!!! Da pera não há rastros entre os egípcios, gregos ou semitas ... e como chegou a Roma ou por onde se difundiu continua um mistério. Mas, no estado silvestre sempre se falou delas em toda a temperada Europa, sendo conhecidas na região transmontana por catepereiros ou cachapirros, escanheiros ou escambroeiros ou ainda por periqueiros, que quando bem sorvados, são utilizados na confecção de doces e compotas...

o pêssago, vindo de terras do Extremo Oriente cedo se aclimatou no Irão e tardiamente arribou ao Ocidente, mas rapidamente os romanos o apadrinharam com títulos de

maçã da Pérsia. Ainda hoje na China e no Japão é com uma coroa de flores de pessegueiro que adornam a castidade das noivas como sucede no nosso país com a flor de laranjeira – é o símbolo da virgindade e da fecundidade. Por cá povoam parte da Vilariga e enchem-se de «docidão» com os ares soalheiros da ribeira e desdobram-se em pavias, nectarinas, cricas, carecas, de escacha e até de S. João, para fins de tarde de serena estiagem...

quanto à cerejeira, prima próxima da ameixeira que no estado silvestre existia nas matas e bosques por toda a Europa e a cujo fruto os gastrónomos romanos atribuíam efeitos para purificação dos humores ou para fazer correr sangue novo pelo corpo, os nossos antecessores do Neolítico aproveitaram-na para fazer os sumos que haveriam de proceder o uso das uvas no fabrico do vinho (...) ao morango que comidos no estado selvagem eram um recurso para a obtenção do amor...

a laranja, vinda da Cochinchina através da Rota Seda que no século IV já tinha reserva nas hortas sicilianas, além de uma presença acidulada na cozinha hebraica com o limão e as maçãs verdes ou nos condimentos em parceria com a romã e o damasco, nas almôndegas da cozinha árabe. Esta naranj – termo árabe – é a laranja amarga que tanto encantou o sul peninsu-



lar da Idade Média e tanto orgulhou os jardineiros de Versailles. A laranja doce ou laranja da China para os portugueses até há poucas décadas, foi trazida pelos nossos antepassados do Celeste Império no século XVI e coube-lhe a sua divulgação por todo o mundo. Ainda hoje, em todo o Mediterrâneo oriental o nome da laranja doce é a portokalia em grego, protokale em albanês ou portoghâl em curdo [...] o contributo calórico dos frutos secos – nozes, avelãs, castanhas, amêndoas ou pistácios – é [já] um reconhecimento antigo que os cartagineses admitiam ou que serviam para a distinção das hierarquias sociais romanas em complemento à tipicidade da alimentação mediterrânica adoptada. E nestas contas fruteiras domesticadas, intento ainda uma referência à fruticultura mais bravia que além do valiosíssimo património genético que é, permitem um conjunto de sabores tão afrodisíacos que até o príncipe Lada Khan dispensaria os ensinamentos do poeta Kalyna Malla e do seu Ananga Ranga (...). Dos abrunhos bravos dos bosques do Alto Douro e da aguardente acerba que proporciona – das

amoras de silva dos taludes e beiradas que com um pouco de água, uma pitada de cravinho moído e outra de canela em pó é capaz de dar uma excelente xaropada – dos arandos do Barroso que misturados em leite e requeijão ovelheiro dão um «leite azulado» – dos pilritos que quando bem maduros e acasalados com umas bagas de sabugo podem transformar-se numa graciosa compota – até às sorvas que já foram tradição de São Martinho (...).

Antes deste epílogo fruteiro...

faço como Tibério que findava sempre uma refeição com um melão, mesmo que fosse um melão verde apelinado, ou como os príncipes de Bagdad que na falta deles encomendavam-nos de muito longe, em caixas de chumbo com gelo e arreiros de uvas e ameixas de Damasco. E não esqueço que a excelência das frutas é a sabedoria dos espíritos enamorados, das almas apaixonadas e dos corpos apetevidos. Na fruta está toda a poesia do mundo... Seguem-se os outros prazeres frutados...



António Manuel Monteiro
Engenheiro Agrónomo



| SAÚDE E BEM ESTAR

A tosse

Um sintoma muitas vezes desvalorizado



A tosse é um sintoma muito frequente, mas muitas vezes desvalorizado, mesmo desprezado, sendo encarado como um incômodo e não como um sinal de alerta na nossa saúde em geral. A tosse, é um mecanismo reflexo fisiológico complexo, de expulsão súbita e forçada de ar dos pulmões e representa um mecanismo neurofisiológico de defesa do nosso organismo, como reação a um problema, sendo que na sua origem podem estar situações muito distintas

e com gravidade muito diversa. A tosse pode ser considerada um sintoma inespecífico e autolimitado e não ser motivo de preocupação, se for esporádica e não for acompanhada de outros sintomas.

Por outro lado, a tosse persistente por mais de 3 semanas, particularmente acompanhada de outros sintomas, obriga a que seja considerada um sinal clínico relevante, um sinal de alarme, e que a procura de avaliação médica seja



mandatária. A origem da tosse pode abranger não só múltiplas patologias do foro respiratório como também a de outros órgãos e sistemas ou ser um efeito adverso a medicamentos.

A valorização da tosse e a sua caracterização no contexto de uma avaliação clínica estruturada, multidisciplinar e sustentada pelas recomendações internacionais, permite um diagnóstico precoce, particularmente importante em doenças potencialmente graves, permitindo melhores resultados terapêuticos com impacto significativo na morbilidade e na mortalidade.

A tosse pode constituir, assim, um biomarcador precoce de patologia respiratória ou sistémica, assumindo assim um papel significativo numa abordagem diagnóstica e terapêuti-

ca atempada, com implicações relevantes na prestação dos cuidados de saúde. Nunca é demais referir que a literacia em saúde desempenha um papel fundamental na saúde em geral. O reconhecimento e a compreensão da importância deste sintoma, bem como das suas características e de eventuais sintomas associados, contribui para uma mais concisa, relevante e eficaz comunicação clínica, reduzindo o risco de atrasos diagnósticos e consequentemente melhorando estratégias terapêuticas e prognósticos.

Se considerarmos que a literacia em saúde no nosso país é problemática ou inadequada em quase 50% da população, torna-se crucial a sua promoção e o seu incremento, permitin-

do o desenvolvimento de capacidades e competências pessoais, com ganhos relevantes na saúde e na qualidade de vida. Cidadãos mais bem informados sobre saúde, são cidadãos mais capazes de tomar decisões adequadas sobre a sua saúde. É fundamental produzir e transmitir mensagens sobre saúde com qualidade, capacitando os cidadãos a selecionar informação credível, isenta e com rigor. Como exemplos de fontes credíveis, não posso deixar de mencionar a Biblioteca de Literacia em Saúde do SNS (<https://biblioteca.sns.gov.pt>) ou a Sociedade Portuguesa de Literacia em Saúde (SPLS) (<https://splsp Portugal.com>)

Mais literacia, mais saúde, mais qualidade de vida!



Eduarda Oliveira
Médica Pneumologista



FUNDAÇÃO AEP

A diáspora portuguesa na venezuela

Reconstrução, relançamento económico e o papel das novas gerações

A comunidade portuguesa na Venezuela é uma das mais numerosas e mais antigas raízes da diáspora lusa na América Latina. Essa comunidade atravessou, nas últimas duas décadas, um período de erosão profunda, imposto por uma crise económica, política e humanitária sem paralelo na história

recente do continente. Milhares emigraram de novo, desta vez em sentido inverso, para Portugal, Espanha ou outros destinos; outros permaneceram, resilientes, na esperança de dias melhores. A este quadro já de si difícil veio somar-se, em 2026, uma tragédia de outra natureza.

No dia 24 de junho, um duplo abalo sísmico — de magnitude 7,2 e 7,5, o segundo ocorrido apenas segundos após o primeiro — atingiu o centro-norte do país, com epicentro em Yaracuy e efeitos sentidos com particular gravidade em Caracas e em La Guaira. O sismo, o mais violento registado na região em mais de um século, causou milhares de vítimas mortais, dezenas de milhares de feridos e desalojados, e danos severos em habitações, infraestruturas rodoviárias e no próprio Aeroporto Internacional de Maiquetía.

Este fenómeno não é uma nota de rodapé face aos desafios económicos que se vinham arrastando: é, hoje, parte constitutiva da nova realidade venezuelana, e obriga a que qualquer plano de reconstrução integre, desde a primeira hora, uma dimensão humanitária e física — habitação, transportes, serviços essenciais — a par da dimensão propriamente económica.

É por isso que se impõe hoje, com urgência redobrada, pensar — de forma séria, criteriosa e tecnicamente sustentada — um plano de reconstrução e de relançamento da economia venezuelana, capaz de devolver ao país as condições mínimas de estabilidade, previsibilidade jurídica e confiança que atraiam de novo o investimento e permitam a reativação do tecido produtivo, sem esquecer a reconstrução material imposta pelo sismo.

Um tal plano não pode ser improvisado, nem ficar refém de ciclos políticos de curto prazo. Exige diagnóstico rigoroso das cadeias de valor sobreviventes, hierarquização de prioridades sectoriais — energia, agroindústria, logística, distribuição, reconstrução de infraestruturas —, e uma arquitetura de incentivos que proteja o investidor sem sacrificar o interesse público. A criteriosidade, mais do que a pressa, é a condição

primeira do êxito: reconstruir depressa e mal seria repetir os erros que conduziram ao colapso.

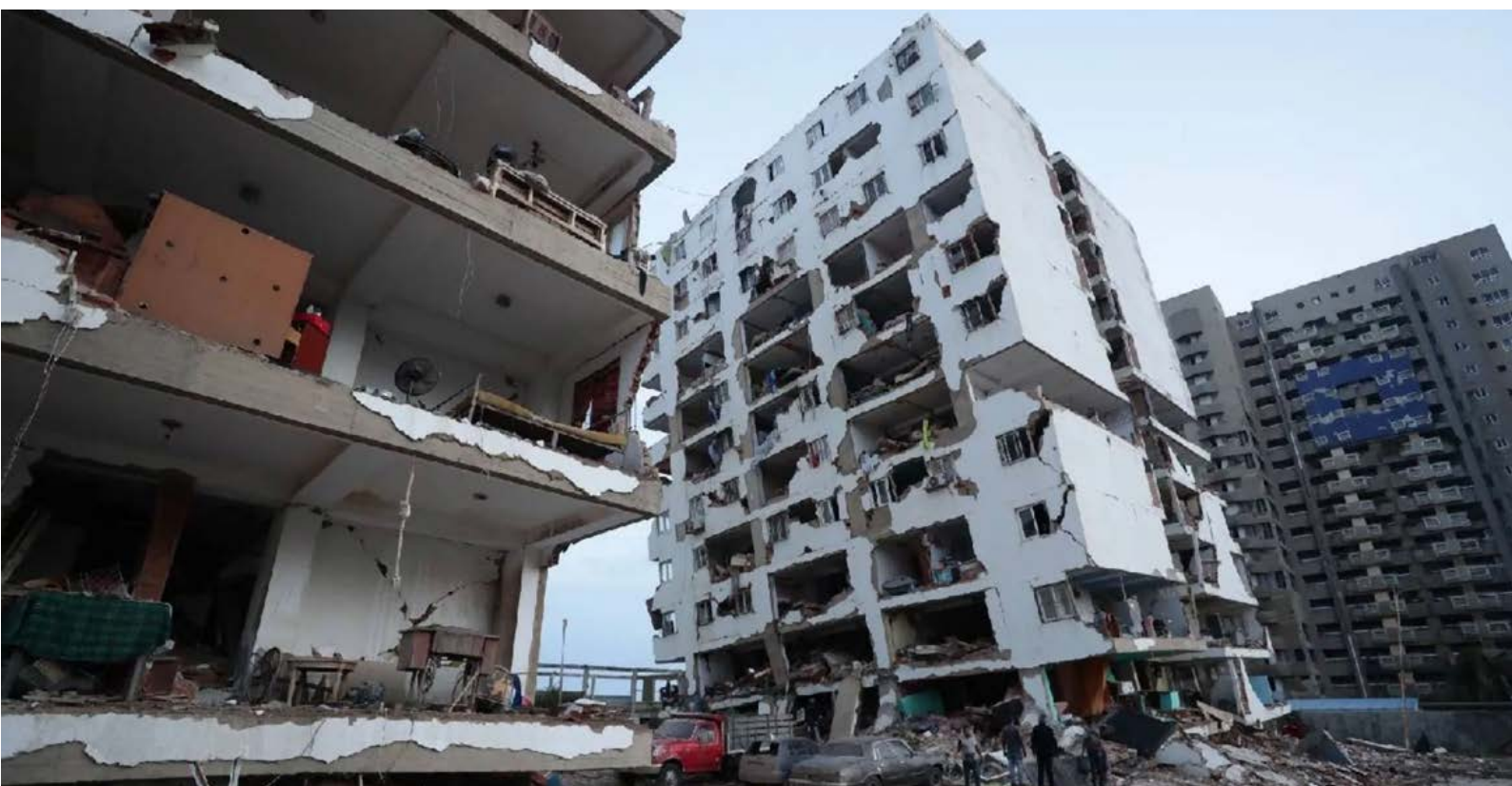
Portugal tem, neste processo, um papel que ultrapassa a mera solidariedade histórica com os seus emigrantes e descendentes. Tem um interesse estratégico próprio em contribuir para a reconstrução venezuelana e em posicionar as suas empresas como parceiros de primeira hora nesse relançamento.

As empresas portuguesas — na construção, na energia, nas infraestruturas, na banca, na distribuição e nos serviços — possuem experiência acumulada em mercados de reconstrução e de risco elevado, know-how técnico reconhecido internacionalmente e, sobretudo, uma vantagem competitiva incomparável: o vínculo humano, linguístico e afetivo que a diáspora estabeleceu ao longo de gerações.

A resposta ao sismo — reconstrução de habitação, de vias de comunicação, de redes de energia — é, aliás, um domínio onde essas empresas têm experiência direta e onde a sua mobilização pode ser particularmente célere. Esse capital de confiança, construído por quem lá viveu, trabalhou e se enraizou, é um ativo diplomático e comercial que nenhuma outra economia estrangeira reproduz com a mesma naturalidade. Cabe ao Estado português, às suas instituições económicas e diplomáticas, e às entidades que trabalham a internacionalização empresarial, criar as condições — protocolos, linhas de financiamento, garantias de risco político, missões empresariais estruturadas — para que essa vantagem se traduza em presença efetiva e projetos concretos, e não apenas em boas intenções.

Mas nenhum plano de reconstrução é sustentável se assentar apenas em capital, infraestrutura ou diplomacia económica.

É indispensável olhar, com particular atenção, para os jovens





lusodescendentes na Venezuela — a geração que nasceu já no país, cresceu entre duas culturas, fala português em casa e espanhol na rua, e constitui hoje a ponte mais natural entre o futuro da Venezuela e o futuro das relações luso-venezuelanas. São eles que, com formação adequada e ligação reforçada às redes empresariais e institucionais portuguesas, podem afirmar-se como motor de uma nova classe empreendedora, capaz de liderar a reconstrução a partir de dentro, com conhecimento do terreno que nenhum agente externo possui. Investir na sua formação e no reconhecimento do seu papel como agentes de mudança é investir diretamente na probabilidade de sucesso de todo o processo.

É esta convergência — entre um plano de reconstrução tecnicamente sólido, uma presença empresarial portuguesa estrategicamente orientada, e uma nova geração de lusodescendentes preparada para liderar — que pode permitir à Venezuela afirmar-se, de novo, como nação rejuvenescida e próspera. Não se trata de um exercício de nostalgia sobre o que a comunidade portuguesa ali construiu no passado, mas de uma aposta lúcida no que ainda pode construir no futuro.

Portugal, ao lado dos seus filhos e netos na Venezuela, tem hoje a oportunidade — e a responsabilidade — de ajudar a escrever esse próximo capítulo.



Paulo Dinis
Diretor Executivo da Fundação AEP

Somos
31,19 milhões



aild

associação internacional
dos lusodescendentes

A I L D . P T

| GERAÇÃO SEM FRONTEIRAS

Retratos da nova emigração

Miguel Picaluga, da Caparica para Bruxelas

Miguel Picaluga nasceu há quase 30 anos na Costa da Caparica, mas passou parte da sua vida em Almada e em Lisboa, onde concluiu a licenciatura em Engenharia Informática, no Instituto Superior de Tecnologias Avançadas. Em janeiro de 2020, partiu para a Bélgica, para aquela que foi a sua primeira experiência a viver fora do país. Seis anos mais tarde, continua em Bruxelas, onde exerce a função de Application Analyst na Euroclear, uma empresa do ramo financeiro. Na altura, a vontade de viver novos desafios, o desejo de não se con-

formar e o apoio incondicional da família facilitaram a partida. À sua chegada a Bruxelas, tinha um contrato de trabalho e uma casa confortável à sua espera. E uma vontade enorme de começar uma vida completamente nova.

Nesta entrevista, partilha as razões que o levaram a deixar Portugal, os desafios da adaptação, a importância da família, o valor da comunidade portuguesa no estrangeiro e a forma como a experiência da emigração transformou a sua vida e a sua visão do futuro.





O que o levou a tomar a decisão de emigrar?

Sempre foi o meu sonho emigrar. A minha ideia passava mais pelos EUA, mas a vida escolheu Bruxelas como destino. E não me arrependo. Recebi uma mensagem no LinkedIn a convidar-me para uma entrevista com um salário surpreendente, para a ótica portuguesa. Convidaram-me para ir à empresa, em Bruxelas, fazer uma entrevista e o resto é história. Tudo aconteceu num espaço de três meses, portanto, julgo que foi algo rápido. Tive o máximo apoio da família. O meu pai até brincava: “Se for uma vigarice, visitaste Bruxelas; se for legítimo, arranjaste um trabalho excelente.” Felizmente, foi a segunda opção.

Que fatores em Portugal mais pesaram nessa decisão?

Desde a mentalidade de trabalho à qualidade de vida, passando pelo desejo de viver num país completamente

desconhecido e sair da zona de conforto — tudo teve impacto na decisão de trabalhar fora de Portugal. Só peca por não ter acontecido mais cedo. Estar em Bruxelas é ter acesso a uma vertente política e progressista que não existe em Portugal. Além disso, viver a cerca de duas horas de comboio de vários países proporciona imensas oportunidades de conhecer novas culturas. Todo um mundo acessível. No entanto, por muito estranho que pareça, tecnologicamente Portugal está muito avançado em comparação com outros países da Europa Central.

Quais foram as maiores dificuldades de adaptação?

Grande parte das pessoas neste país fala inglês, portanto a barreira linguística não foi tão acentuada. Burocraticamente, funcionam anos-luz melhor do que Portugal. Culturalmente, são mais calmos, mais pacatos e, ao mesmo tempo, a alma da festa durante a noite.

A solidão foi, sem dúvida, muito pesada nos primeiros dois anos. Apanhei o pico da COVID-19 e isso deitou-me bastante abaixo. Não desisti e, aqui estou eu, quase seis anos depois, feliz, com amigos e com uma namorada, que conheci cá. A vida dá voltas — às vezes vai abaixo antes de vir acima.

Não falo francês, mas estou a aprender. No início foi muito desafiante. Depois conheci um dos meus melhores amigos — de quem vou ser padrinho de casamento — e ele criou um grupo de portugueses. Hoje contamos com mais de 1700 pessoas no grupo. Convivo maioritariamente com portugueses, mas também tenho alguns amigos de outros países, como Itália, Espanha, Ucrânia e Grécia.

Que estereótipos tinha sobre a Bélgica e descobriu que não eram verdade?

Que o país era uma “seca”. Por vezes, há tanta coisa a acontecer que é difícil ter tempo para tudo ao mesmo tempo.



Bruxelas é um polo de eventos sociais, exposições, museus e festivais.

Já enfrentou situações de preconceito ou discriminação?

Não pertenço a uma minoria, portanto nunca senti qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

Como é o seu dia a dia atualmente?

Acordar, trabalhar, ir ao ginásio, ir beber um copo ou estar com a minha namorada. Ao fim de semana, depende muito dos eventos, mas costumamos, se o tempo permitir, ir passear ou até jogar padel ou futebol.

Sente que é mais valorizado na Bélgica do que em Portugal?

Muito mais valorizado. Sentir que o meu contributo é ouvido e compreendido cria uma motivação extra no dia a dia. Tenho melhores condições de trabalho. O salário é substancialmente melhor, os horários são rigorosos — não há cá ficar até mais tarde. Dizem-me: “Amanhã também é dia.” E, se tenho de trabalhar até mais tarde, fazem questão de me dizer para registar essas horas adicionais.

O que mais o surpreendeu na Bélgica?

O mercado de trabalho na Bélgica é ex-

tremamente competitivo. Há sempre alguém melhor do que nós, e a diferença está na forma como demonstramos as nossas competências.

Como é viver longe da sua família e dos amigos de infância? O que significa “saudades” para si?

Acabamos por nos habituar. A distância não afetou as minhas relações com as pessoas que realmente fazem falta na minha vida. Quando as voltamos a encontrar, é sempre um momento bonito. Saudade é um sentimento que ilustra a necessidade de reviver o que outrora sentimos, seja uma vivência com amigos, um momento em família, uma pai-

sagem bonita ou ainda o cheiro do mar pela manhã, no trajeto até ao transporte. Que cheiro bonito! Queremos voltar a ser felizes no momento que guardamos na memória com muito carinho.

Volta regularmente a Portugal? O que sente quando regressa?

Vou a Portugal nos anos da minha mãe e no verão, que coincide com os anos do meu pai e do meu irmão. Também vou no Natal.

No início, sinto entusiasmo por rever as pessoas de quem mais gosto: família e amigos. Após alguns dias, se estou em casa dos meus pais, acabo por me cansar, porque Portugal já não é a minha casa.

Como vê Portugal agora, estando longe?

É um lugar maravilhoso para férias — porque ninguém foi feito para sobreviver. Portugal não mudou desde que saí, e isso é o mais preocupante.

Em Portugal vivia com os meus pais; aqui vivo sozinho. Tenho independência e liberdade para fazer o que quero. Consegui poupar, investir e crescer em diversos aspetos — algo que não seria possível em Portugal. Continua tudo

igual, as oportunidades não são baseadas no mérito, mas sim na “cunha”. Para nos destacarmos, temos de abdicar da vida social. No meu país de origem, não teria uma oportunidade de fazer o que faço no estrangeiro com a mesma facilidade.

Sente que mudou como pessoa depois de emigrar?

Mudei drasticamente. Por vezes, nem me reconheço — no bom sentido. Passei pelos piores momentos da minha vida e, neste momento, vivo os melhores. Aprendi a amar-me, sozinho.

Que valores portugueses leva consigo no dia a dia?

O sentimento de comunidade e entreatividade. Tratar bem as pessoas como gostaríamos de ser tratados.

Sente-se mais português, mais europeu ou já com uma identidade “mista”?

Sinto-me 100% português, orgulhosamente. Não me sinto belga, porque não me identifico assim tanto com a cultura.

Sente que seria uma pessoa diferente se tivesse ficado em Portugal?

Sem dúvida. O crescimento pessoal que tive foi proporcionado pela Bélgica. Aprendi mais sobre mim num ano do que no resto da minha vida. Quem ambiciona mais, tem de sair de Portugal.

Que imagem têm os belgas dos portugueses?

Consideram-nos muito trabalhadores e afáveis.

Vê uma nova “geração de emigrantes portugueses” diferente das anteriores?

Vejo-os mais informados, mais preparados para o estrangeiro e a dominar cada vez mais o inglês. Os jovens de hoje têm ambição de ser mais, porque estão cansados de sobreviver e querem começar a viver. Os nossos avós também o fizeram pelas mesmas razões, mas estavam menos preparados academicamente.

Portugal não quer saber de quem vai para fora — só quer saber de quem está no país. Outrora tivemos um ministro que nos disse para emigrar; agora há benefícios fiscais para voltar.





Pondera regressar de forma definitiva? Em que condições o faria?

Não pondero de todo. Não há condições possíveis, na minha ótica, para o fazer. Só se um dos meus pais ficasse doente e precisasse da minha ajuda. Não me consigo ver a voltar para Portugal tão cedo.

Existem benefícios fiscais para quem

volta, mas mesmo assim não compensam.

Que conselhos daria a jovens portugueses que estão a pensar emigrar?

Emigrem. Planeiem bem como o fazer — o país pouco importa. Se há idade para isso, é agora.

Não é fácil e não é para todos. Mui-

tos sofrem com saudades da família, não se adaptam ao clima ou não gostam do país. Tenham a mente aberta, abracem a cultura e explorem. Arrisquem, porque ninguém o fará por vocês. Se estiverem prontos, arrisquem. A vida é demasiado curta para ficarmos presos no arrependimento. Não tenham medo de arriscar. E se correr bem?



Lídia Marques
Diretora Cultural AILD

CONCURSO LITERÁRIO

AS MINHAS FÉRIAS EM TIMOR-LESTE

asminhasferias.pt



Patrocinador





| PELA LENTE DE
João Mariano



DESCENDÊNCIAS

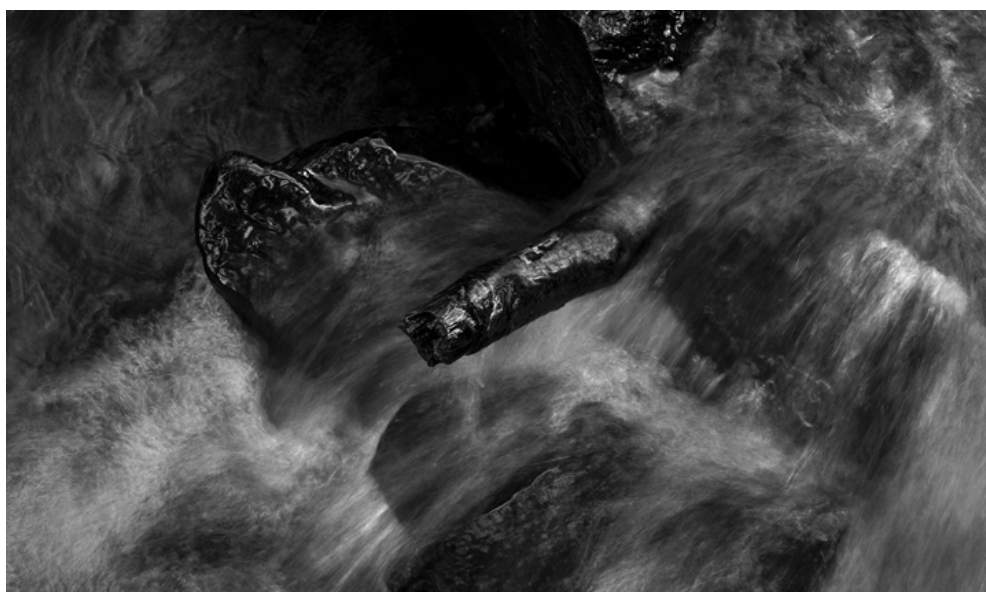
MAGAZINE



Desde finais da década de 1990 tem desenvolvido uma série de projetos no Sul de Portugal, principalmente na Costa Vicentina. Tal como Bill Brandt, Mariano vê no livro de fotografia a expressão máxima do seu trabalho. CEO e diretor de arte da agência 1000olhos – Imagem e Comunicação que co-fundou com a sua mulher em Aljezur, 2001. Perfeccionista no trabalho, tem como passatempos a pesca à linha e a bicicleta de montanha. Vive e trabalha entre Aljezur e Lisboa.

Entre as Águas

«(...) ...a ribeira que nasce na vertente noroeste do alto da serra de Monchique, junto à Fóia, e desce sinuosa e ondulante até à Ponta Viva, na praia da Amoreira, em





Aljezur, sempre foi uma referência afetiva. Acompanhou toda a minha infância, adolescência e continua a acompanhar a minha existência. Foi nela que dei os primeiros mergulhos, foi nela que pesquei os primeiros bordalos, com os amigos, e enguias com o meu pai, foi nela que apanhei à mão pequenos cágados, com os quais brincava em criança... Percorri as suas margens e o seu leito vezes sem conta. Nadei e naveguei de canoa nas suas águas, outras tantas... Inconscientemente, sem conseguir resistir ao seu “water appeal”! Agora, com este trabalho, perscrutei a sua alma, entrei profundamente no seu interior e conheci-a ainda mais a fundo. Este é o meu singular tributo a este ziguezagueante ser telúrico recheado de água, cascalho, areia e rochedos... (...)»



| VIAGEM LUSITANA

Lisboa, Rainha Menina

Lisboa, Rainha Menina – Donzela, que não casou com Paris

Lisboa – Cidade encantada e admirada, que renasceu, literalmente, das cinzas como Fénix, a fim do seu esplendor encantar o mundo. Porém – seu fado quis que não casasse com Paris para ser de Portugal. És a sua capital e ao mesmo tempo a embaixadora. Xaile de uma Mãe acolhedor, Xaile preto do Fado do Adeus, quando viste teu povo partir ao longo de toda a tua história e continuas a ver. Nacional e estrangeiro, rico e pobre recebes todos com um “Bem-vindo”.

Donzela, que não casou com Paris

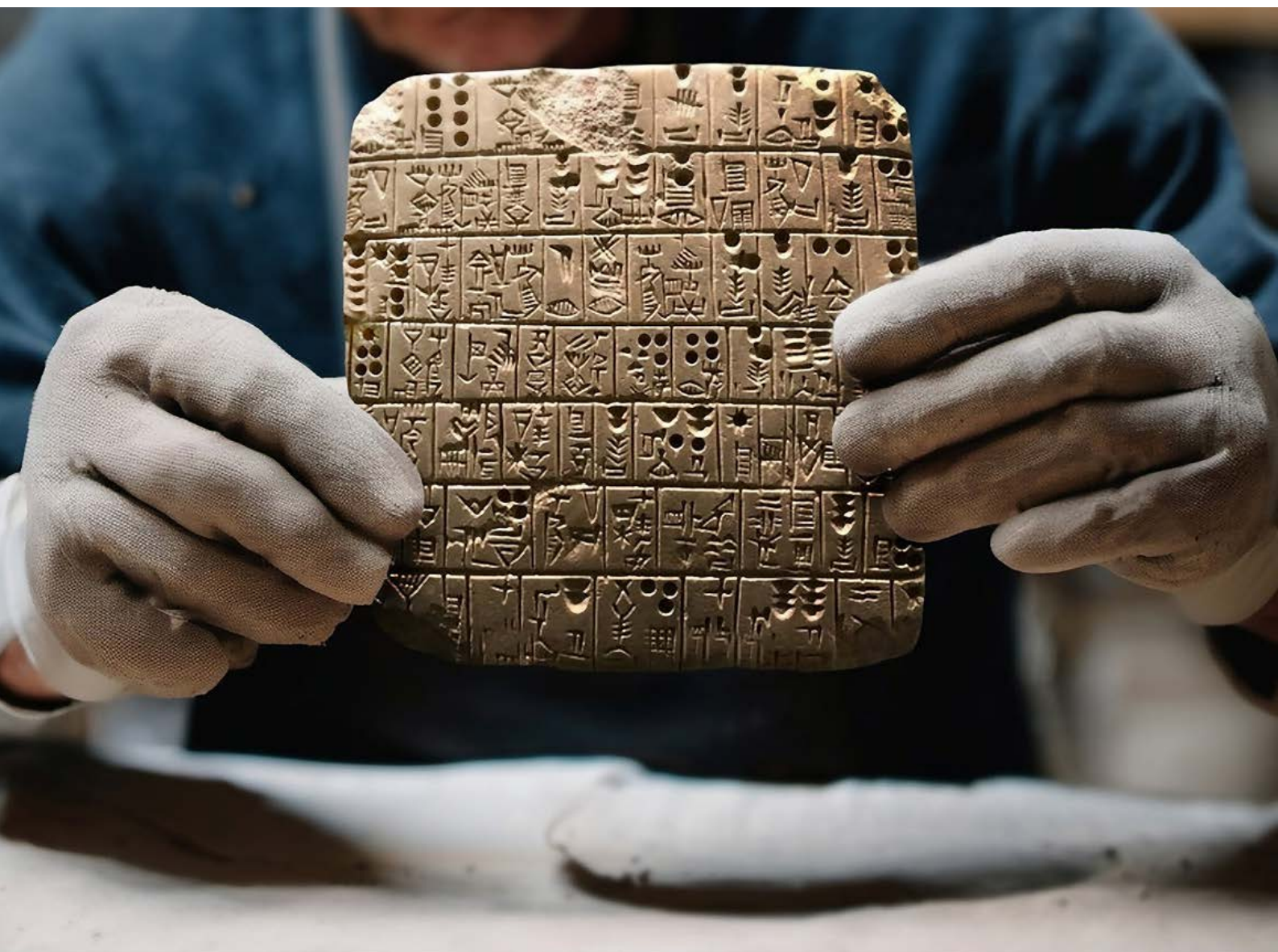
Lisboa, Rainha Menina.
São Jorge na mais alta colina.
O Tejo a abraçar.
O Fado tua história a contar.
Com xaile traçado a recordar.
Guitarra toca a chorar e a encantar.
D. Afonso Henriques –
Aos mouros te conquistou.
D. Afonso III –
De Coimbra para Lisboa decidiu.
1255 – Sua corte transferiu.
Como Capital coroada.
Para teu destino estavas guardada.
Caravelas a navegar.
Novas visões para recordar.
O Grande Terramoto sofreu.
Mas Inferno sobreviveste.
Das cinzas renasceste.
Com novo esplendor apareceste.
Porém – Guerra e Revoluções.
Vitórias e decepções.
Reinado após reinado –
O Regicídio malfadado.

Da República para a Ditadura.
Dias escuros com a censura.
Um dia uma Coluna Militar chegou.
Com um Cravo – nova era começou.
Conheceste a “Mala de cartão”.
Voltar e regressar da emigração.
O tempo acompanhaste.
Muito caminho andaste.
Uma pérola da Europa.
Dama e cachopa.
Lisboa – Rainha de Portugal.
Recebeste a coroa como capital.
Louvada Dama de beleza.
Ornamentada com joias de realeza.
No espelho do Tejo te vês.
O que no livro da História lês.
São Jorge teu Cavaleiro.
Santo António, teu Padroeiro.
A Santa Sé humilde a rezar.
Para Deus te guardar.
Viver e recordação.
São Bento e Belém – tua proteção.
No Fado cantas da saudade.

Que sentes ao procurar a felicidade.
As lágrimas do emigrante a chorar.
Com coragem diz: “Hei de voltar.”
Antiga cidade.
Sempre nova – sem idade.
O sol o esplendor ilumina.
A lua conhece a tua sina.
Quem tua alma deseja conhecer.
Reconhece – enigmático o teu Ser.
Rico e pobre conheces.
A todos o “Bem-vindo!” ofereces.
Nas festas danças com alegria.
Teu xaile – conforto na noite fria.
Solteirinha ficaste –
Porque com o teu Fado casaste.
Muita História para contar.
Segredos a resguardar.
És uma Donzela misteriosa.
Com sombras – mas gloriosa.
No Mundo és reconhecida.
No sempre jamais esquecida.



Isalita Pereira
Historiadora
Poeta



FALAR PORTUGUÊS

Qual é a língua mais antiga do mundo? III

É esta associação entre língua e norma escrita que justifica que alguém considere o irlandês uma língua recente – os irlandeses já o falam há milénios, mas a sua norma escrita actual é mais recente. No entanto, esta maneira de encarar a história é muito enganadora: os irlandeses falam essa língua há muito tempo, apesar de agora já só sobreviver em zonas particulares.

Essa associação estrita – e errada – entre língua e escrita também explica que haja quem considere o galego uma «invenção» do século XIX: a literatura galega moderna renasce nesse século – mas mesmo assim, para dizer que o galego nasceu no século XIX, é preciso ignorar que já tinha havido textos bem mais antigos escritos na língua dos galegos, por exemplo, as cantigas de amigo.

A mim, na verdade, interessa-me a história do uso escrito das línguas, mas há tanto que se esconde por trás – tanto e tão interessante! Gosto de pensar como o português não surgiu do nada quando surgem os primeiros documentos – mesmo que seja muito difícil ter certezas sobre o que se passou antes.

Gosto de pensar que a palavra «mãe» veio da «mater» latina, mas entre uma e outra existiram muitas formas pelos séculos fora, todas tão expressivas e maternais como a nossa.

Gosto de pensar que a «mater» latina veio de qualquer coisa de anterior, até chegar à «*méh₂tēr» indo-europeia, uma forma reconstruída numa língua que ninguém escreveu.

Gosto de pensar que os tais indo-europeus nunca se chamaram assim e nunca escreveram a palavra «*méh₂tēr» – mas fosse qual fosse a forma da palavra «mãe», existiu na boca de pessoas reais que percebiam e sentiam a sua língua como nós sentimos a nossa. E gosto de pensar que essa «*méh₂tēr» também terá vindo doutra «mãe» mais antiga, assim até chegarmos ao dia em que alguém, pela primeira vez, disse a palavra «mãe».

A linguagem humana e a sua variabilidade serão como o barro, sempre moldável e sempre a caminho de ser outra coisa. De vez em quando, há quem pegue num pedaço desse barro e coza uma língua-padrão – mas, na rua, as pessoas continuam a brincar com o mesmo material, mudando a forma da língua até a forma rígida da norma se partir e ter de ser substituída por outra – felizmente, a norma não tem de ser assim tão rígida; e é bom que não o seja, pois só assim garantimos que não se parte, como aconteceu com o katharevousa. Note-se: a norma não pode inventar uma língua do

nada – tem de usar os materiais que existem. A norma é uma força que actua sobre esses materiais, por vezes como política consciente, com mais ou menos êxito, outras vezes através de mecanismos inconscientes de aproximação à fala do grupo de prestígio. Houve gregos que tentaram moldar o barro para se parecer ao grego antigo – falharam, embora algumas palavras dessa norma artificial tenham sobrevivido. Os bascos ensinam agora uma língua unificada, e esse processo tem corrido bem. Curiosamente, a língua dos galegos e dos portugueses viveu séculos debaixo de normas diferentes, mas o material comum ainda lá está, a permitir que nos entendamos, quando vemos quão parecido é o barro dum lado e doutro da fronteira.

Voltemos à nossa pergunta: qual é a língua mais antiga do mundo? A única resposta razoável é explicar que as línguas não têm idade. As línguas mudam, passam por fases, vão-se sujeitando a diferentes normas, misturam-se e influenciam-se umas às outras. Neste percurso complexo, damos-lhes nomes e assumimo-los como bandeiras das nossas identidades. É normal que queiramos saber quando nasceram as tais bandeiras, mas a resposta nunca poderá ser simples. Todas as línguas foram criadas ao longo dos séculos, a partir de materiais anteriores, num processo que começou há muitos milénios – e não acabou!

A língua que o leitor tem na cabeça tem pergaminhos tão antigos como a língua de todos os outros seres humanos. Todos falamos o que resultou da sucessão ininterrupta de gente a falar desde o princípio dos tempos – e assim continuaremos, de palavras na boca, a moldá-las sem fim, por muitos e bons séculos.



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

FISCAL

Agosto, mês de férias... até para alguns impostos

Agosto é, por excelência, o mês das férias. As cidades ficam mais vazias, os escritórios mais silenciosos e os restaurantes junto à praia misteriosamente mais caros. É o mês em que os portugueses descansam — ou, pelo menos, publicam fotografias nas redes sociais para convencer os outros de que estão a descansar. Até a Administração Fiscal parece reconhecer que, durante algumas semanas, o contribuinte merece trocar o Portal das Finanças pelo portal de embarque.

O regime das chamadas «férias fiscais» permite que diversas obrigações fiscais, cujo prazo habitual ocorreria durante o mês de agosto, sejam cumpridas mais tarde ou até ao final do próprio mês. Alguns pagamentos que, noutros meses, seriam exigidos por volta do dia 20 são adiados para o final de agosto, enquanto determinadas obrigações acabam por transitar para setembro. Mas atenção: isto não significa que agosto tenha sido declarado território livre de impostos. O Estado pode ir de férias, mas nunca abandona completamente o contribuinte.

Continuam a existir obrigações que devem ser cumpridas durante este mês. Entre elas podem encontrar-se pagamentos de IVA, retenções na fonte, Imposto do Selo, prestações de IMI ou IUC. As datas concretas dependem da natureza do imposto e da situação de cada contribuinte. Por isso, antes

de fechar o computador e procurar os chinelos de praia, convém confirmar o calendário fiscal aplicável. O verdadeiro efeito das férias fiscais não é o desaparecimento dos impostos. É apenas o adiamento do encontro. Aliás, setembro pode tornar-se particularmente exigente. Depois das despesas das férias, do regresso às aulas, das matrículas, dos livros e do material escolar — e da descoberta de que as refeições junto ao mar custaram bastante mais do que se imaginava —, chegam também algumas das obrigações fiscais adiadas. Setembro é o mês em que regressamos ao trabalho e em que certas contas regressam connosco. Os telefones tocam menos, há menos reuniões e muitas mensagens ficam sem resposta porque o destinatário está algures entre a praia e uma zona sem cobertura de rede. Esta tranquilidade involuntária cria uma oportunidade rara: tratar dos assuntos que fomos adiando ao longo do ano. É um bom momento para organizar documentos, verificar contratos, conferir seguros, rever despesas, consultar o Portal das Finanças, classificar faturas pendentes e confirmar se existem pagamentos, dívidas ou notificações esquecidas. Agosto permite ainda preparar o novo ciclo profissional que começa em setembro. Embora o calendário diga que o ano começa em janeiro, a vida real demonstra frequentemente o contrá-

rio. Setembro é o verdadeiro janeiro do mundo do trabalho: regressam as equipas, retomam-se projetos, definem-se objetivos e reaparecem todas as tarefas que alguém decidiu deixar «para depois das férias». Quem permanecer a trabalhar em agosto pode aproveitar para preparar orçamentos, rever procedimentos, organizar a agenda, definir prioridades e resolver pequenos problemas antes que estes se transformem em grandes urgências. Claro que isto apenas se aplica a quem não está de férias. Quem estiver a descansar deve fazê-lo verdadeiramente. As férias também são um investimento: na saúde, na família, na criatividade e na capacidade de regressar com energia. Agosto pode, portanto, servir para descansar ou para preparar. O importante é não passar o mês inteiro num estado intermédio: sem descansar verdadeiramente e sem organizar coisa nenhuma. Se estiver de férias, aproveite-as. Se não estiver, aproveite o silêncio para colocar a vida administrativa, fiscal e profissional em ordem. Porque setembro chegará inevitavelmente. E, ao contrário de alguns impostos, não costuma aceitar adiamentos. A não ser, claro, que tenha guardado as férias para setembro. Nesse caso, poderá assistir ao regresso apressado de toda a gente a partir de um lugar mais tranquilo, mais barato e longe da confusão.



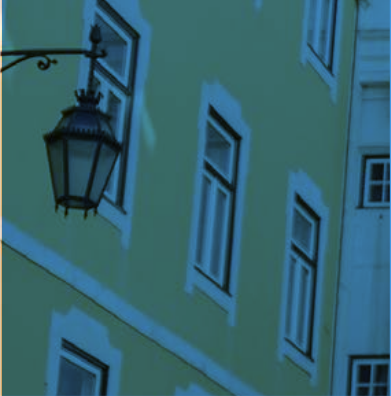
Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



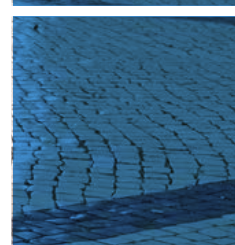
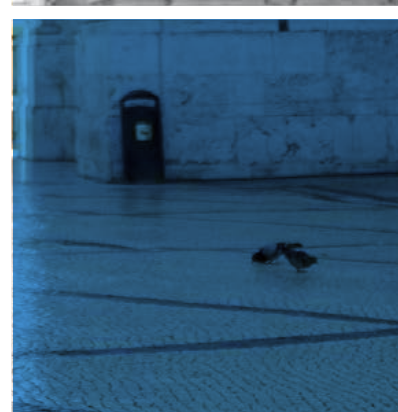
Pronto para tornar sua marca inesquecível?
A Amostra de Letras tem experiência e criatividade para ajudar a sua marca a causar um impacto duradouro. Deixe-nos ajudá-lo a expandir os seus negócios e a posicionar-se no mercado.

Entre em contacto para discutir o potencial da sua marca.
info@amostradeletras.pt

amostra
deletras.pt



Portugal is a perfect destination



You can live better with less money, enjoy a superior quality of life and experience a vibrant and diverse culture.

Get your
number
one agency

Ei![®]
Assessoria
Migratória

eimigrante.pt